

Seminário

O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas

Principais alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 95/2019

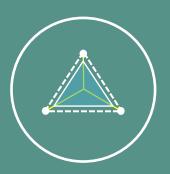
LNEC, 17 de setembro de 2019











Seminário

O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas

Principais alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 95/2019

Princípios fundamentais da reabilitação de edifícios

Raimundo Mendes da Silva

Instituto Pedro Nunes Universidade de Coimbra

- → Estabelece o novo "Regime aplicável aos edifícios e frações autónomas"
- → Revoga o Regime Excecional e Temporário da Reabilitação de Edifícios (Decreto Lei nº 53/2014)

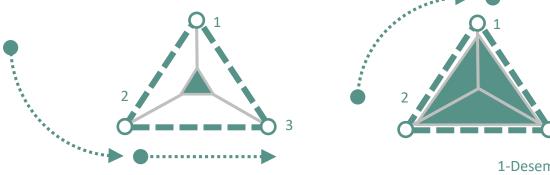
DL 53/2014 | RERE | RERU

Dispensa acrítica de múltiplas exigências regulamentares foi suportada por dois argumentos principais:

- a necessidade de reforçar e incentivar a atividade de reabilitação
- a desadequação da regulamentação à reabilitação

- → Estabelece o novo "Regime aplicável aos edifícios e frações autónomas"
- → Revoga o Regime Excecional e Temporário da Reabilitação de Edifícios (Decreto Lei nº 53/2014)

DL 95 / 2019 Adequação, tecnicidade, otimização



DL 53 / 2014 Exceção incondicional, empirismo

- 1-Desempenho funcional
- 2-Valor do existente
- 3-Sustentabilidade ambiental

DL 53/2014 | RERE | RERU

Dispensa acrítica de múltiplas exigências regulamentares foi suportada por dois argumentos principais:

- a necessidade de reforçar e incentivar a atividade de reabilitação
- a desadequação da regulamentação à reabilitação

- → Estabelece o novo "Regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas"
- → Consagra os três princípios fundamentais da reabilitação de edifícios
- → Altera o paradigma da regulamentação da reabilitação, rumo ao código da construção
- → Abre caminho a novas soluções e abordagens para a funcionalidade, conforto e segurança
- → Estabelece como regulamentos nacionais os Eurocódigos estruturais e baliza a reabilitação sísmica

- Princípio da proteção e valorização do existente
- Princípio da sustentabilidade ambiental
- Princípio da melhoria proporcional e progressiva

Estrutura e conteúdos

- Os princípios fundamentais da reabilitação
- As alterações aos atuais regulamentos
- A definição das portarias,
 despachos e métodos de cálculo ou apoio que o operacionalizam

		Objeto	
CAPÍTULO I Disposições gerais	2	Âmbito de aplicação	
	3	Definições	
CAPÍTULO II	4	Princípio da proteção e valorização do existente	
Princípios fundamentais		Princípio da sustentabilidade ambiental	
da reabilitação ()	6	Princípio da melhoria proporcional e progressiva	
CAPÍTULO III	7	Reabilitação de edifícios ou frações autónomas	
Operações de reabilitação	8	Avaliação de vulnerabilidade sísmica	
	9	Alteração ao Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro	
	10	Alteração ao Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto	
 	11	Aditamento ao Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto	
CAPÍTULO IV	12	Alteração ao Decreto-Lei nº 129/2002, de 11 de maio	
Alterações legislativas	13	Alteração ao Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto	
	14	Aditamento ao Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto	
	15	Alteração ao Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de maio	
CAP V – Outras disposições	16	Aplicação dos eurocódigos estruturais	
	17	Regulamentação	
	18	Norma revogatória	
CAPÍTULO VI Disposições finais	19	Norma repristinatória	
	20	Regime transitório	
	21	Entrada em vigor	

Estrutura e conteúdos

- Os princípios fundamentais da reabilitação
- As alterações aos atuais regulamentos
- → A definição das portarias, despachos e métodos de cálculo ou apoio que o operacionalizam

CAPÍTULO I	1	Objeto	incêndios		
	2	Âmbito de aplicação	térmica e energia		
Disposições gerais		Definições			
CAPÍTULO II	4	Princípio da proteção e valor	acústica		
Princípios fundamentais	5	Princípio da sustentabilidade	acessibilidades		
da reabilitação ()	6	Princípio da melhoria propoi			
CAPÍTULO III	7	Reabilitação de edifícios ou f	telecomunicações		
Operações de reabilitação	8	Avaliação de vulnerabilidade sísmica			
CAPÍTULO IV Alterações legislativas	9	Alteração ao Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro			
	10	Alteração ao Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto			
	11	Aditamento ao Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto			
	12	Alteração ao Decreto-Lei nº 129/2002, de 11 de maio			
	13	Alteração ao Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto ───			
	14	Aditamento ao Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto			
	15	Alteração ao Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de maio —			
CAP V – Outras disposições	16	Aplicação dos eurocódigos estruturais			
	17	Regulamentação			
	18	Norma revogatória			
CAPÍTULO VI	19	Norma repristinatória			
Disposições finais		Regime transitório			
	21	Entrada em vigor			

Estrutura e conteúdos

- Os princípios fundamentais da reabilitação
- As alterações aos atuais regulamentos
- A definição das portarias, despachos e métodos de cálculo ou apoio que o operacionalizam

CAPÍTULO I Disposições gerais CAPÍTULO II Princípios fundamentais da reabilitação ()	1 2 3 4 5 6	Objeto Âmbito de aplicação Definições Princípio da proteção e valorização do existente Princípio da sustentabilidade ambiental Princípio da melhoria proporcional e progressiva
CAPÍTULO III Operações de reabilitação	7 8	Reabilitação de edifícios ou frações autónomas Avaliação de vulnerabilidade sísmica
CAPÍTULO IV Alterações legislativas	9 10 11 12 13 14 15	Alteração ao Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro Alteração ao Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto Aditamento ao Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto Alteração ao Decreto-Lei nº 129/2002, de 11 de maio Alteração ao Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto Aditamento ao Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto Alteração ao Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de maio
CAP V – Outras disposições	16	Aplicação dos eurocódigos estruturais
CAPÍTULO VI Disposições finais	17 18 19 20 21	Regulamentação Norma revogatória Norma repristinatória Regime transitório Entrada em vigor

Os princípios fundamentais da reabilitação

Artigo 4º

Princípio da proteção e valorização do existente

- 1 A atuação sobre o edificado existente deve sempre integrar a preocupação de uma adequada **preservação e valorização** da preexistência, bem como a sua conjugação com a **melhoria do desempenho**, que deve sempre orientar qualquer intervenção de reabilitação.
- 2 A proteção e valorização das construções existentes assenta no **reconhecimento dos seus valores**:
- a) Artísticos ou estéticos;
- b) Científicos ou tecnológicos; e
- c) Socioculturais.
- 3 Os valores a que se refere o presente artigo assumem particular expressão no **edificado corrente** através das características arquitetónicas, construtivas e espaciais, que se refletem na sua singularidade e expressão de conjunto, na **coerência construtiva** e funcional, na adequação aos modos de vida, bem como no seu **reconhecimento pela comunidade**.

- Princípio da proteção e valorização do existente
- Princípio da sustentabilidade ambiental
- Princípio da melhoria proporcional e progressiva

Os princípios fundamentais da reabilitação

Artigo 5º

Princípio da sustentabilidade ambiental

- 1 A atividade de reabilitação deve ser orientada para **a minimização do seu impacto ambiental**, assumindo o desígnio da preservação dos recursos naturais e da biodiversidade, com particular incidência na redução da extração e processamento de matérias-primas, produção de resíduos e emissão de gases nocivos.
- 2 A reabilitação de edifícios contribui para a sustentabilidade ambiental através do aumento da vida útil dos edifícios e deve privilegiar a reutilização de componentes da construção, a utilização de materiais reciclados, a redução da produção de resíduos, a utilização de materiais com reduzido impacto ambiental, a redução de emissão de gases com efeito estufa, a melhoria da eficiência energética e a redução das necessidades de energia, incluindo a energia incorporada na própria construção, bem como o aproveitamento de fontes de energia renováveis.
- 3 No fim da vida útil de componentes ou partes da construção, esgotadas as soluções de manutenção e reabilitação, devem ser privilegiadas ações de **desconstrução ou desmontagem**, de modo a responder aos objetivos previstos no número anterior, em detrimento da demolição, ainda que seletiva.

- Princípio da proteção e valorização do existente
- Princípio da sustentabilidade ambiental
- Princípio da melhoria proporcional e progressiva

Os princípios fundamentais da reabilitação

Artigo 6º
Princípio da melhoria proporcional e progressiva

- 1 A melhoria da qualidade de vida e da habitabilidade deve estar subjacente a todas as intervenções no edificado existente, sendo alcançada de forma gradual e proporcional à natureza da intervenção a realizar, devendo adotar-se as medidas mais adequadas que são tanto mais profundas quanto maior for a intervenção.
- 2 As intervenções sobre o edificado existente devem ter em consideração uma relação **custo-benefício**, entendida em **sentido lato**, segundo diferentes perspetivas:
- a) Curto e longo prazo;
- b) Financeira, social e cultural;
- c) Individual e coletiva;
- d) Comunidade local e de uma visão global, considerando a região, país e o planeta.

- Princípio da proteção e valorização do existente
- Princípio da sustentabilidade ambiental
- Princípio da melhoria proporcional e progressiva



Revogações

- → Decreto-Lei nº 53/2014, de 8 de abril (RERE|RERU)
- → Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes, aprovado pelo Decreto-Lei nº 235/83, de 31 de maio (#)
- → Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado, aprovado pelo Decreto –Lei nº 349-C/83, de 30 de julho (#)
- → Regulamento de Estruturas de Aço para Edifícios, aprovado pelo Decreto-Lei nº 211/86, de 31 de julho;
- → Regulamento de Segurança das Construções Contra os Sismos, aprovado pelo Decreto nº 41658, de 31 de maio de 1958.





Alterações

	Alteração regulamentar (ver art do DL 95/2019)	Portaria	Despacho	Método
RGEU		304		
ACESSIBILIDADES	13º e 14º	301		
TÉRMICA	10º e 11º	297 e 303		
ACÚSTICA	12º	305		
INCÊNDIOS	9º			LNEC
TELECOMUNICAÇÕES	15º			
EURCÓDIGOS			SEI	
SÍSMICA (vulnerabilidade)		302		

Alterações

RGEU

ACESSIBILID

TÉRMICA

ACÚSTICA

INCÊNDIOS

TELECOMU

EURCÓDIGO

SÍSMICA (vulne

→ Portaria nº 297/2019, de 9 de setembro [TÉRMICA e ENERGIA]

Quarta alteração à Portaria nº 349-B/2013, de 29 de novembro, que define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré certificados e certificados do SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção.

→ Portaria nº 301/2019, de 12 de setembro [ACESSIBILIDADES]

Define o método de projeto para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada em edifícios habitacionais existentes.

→ Portaria nº 302/2019, de 12 de setembro [VULNERABILIDADE SÍSMICA]

Define os termos em que obras de ampliação, alteração ou reconstrução estão sujeitas à elaboração de relatório de avaliação de vulnerabilidade sísmica, bem como as situações em que é exigível a elaboração de projeto de reforço.

Alterações

RGEU

ACESSIBILID

TÉRMICA

ACÚSTICA

INCÊNDIOS

TELECOMU

EURCÓDIGO

→ Portaria nº 303/2019, de 12 de setembro [CUSTOS-PADRÃO | Térmica]

Fixa os custos-padrão, definidos por tecnologia, sistema, ou elemento construtivo que permitem quantificar o custo das intervenções para operações de reabilitação.

→ Portaria nº 304/2019, de 12 de setembro [RGEU]

Define os requisitos funcionais da habitação e da edificação em conjunto, aplicáveis às operações de reabilitação em edifícios ou frações com licença de construção emitida até 1 de janeiro de 1977, sempre que estes se destinem a ser total ou predominantemente afetos ao uso habitacional.

→ Portaria nº 305/2019, de 12 de setembro [ACÚSTICA]

Fixa as normas técnicas dos requisitos acústicos em edifícios habitacionais existentes.

SISMICA (vulnerabilidade)

Alterações

RGEU

ACESSIBILID

TÉRMICA

ACÚSTICA

INCÊNDIOS

→ Despacho Normativo nº 21/2019, de 17 de setembro [EUROCÓDIGOS ESTRUTURAIS]

Aprova as condições para a utilização dos Eurocódigos Estruturais nos projetos de estruturas de edifícios.

→ Relatório LNEC nº 327/2019 - DED/NUT [SEGURANÇA AO INCÊNDIO]

ARICA:2019 - Método de avaliação da segurança ao incêndio em edifícios existentes.

TELECOMUNICAÇÕES

EURCÓDIGOS

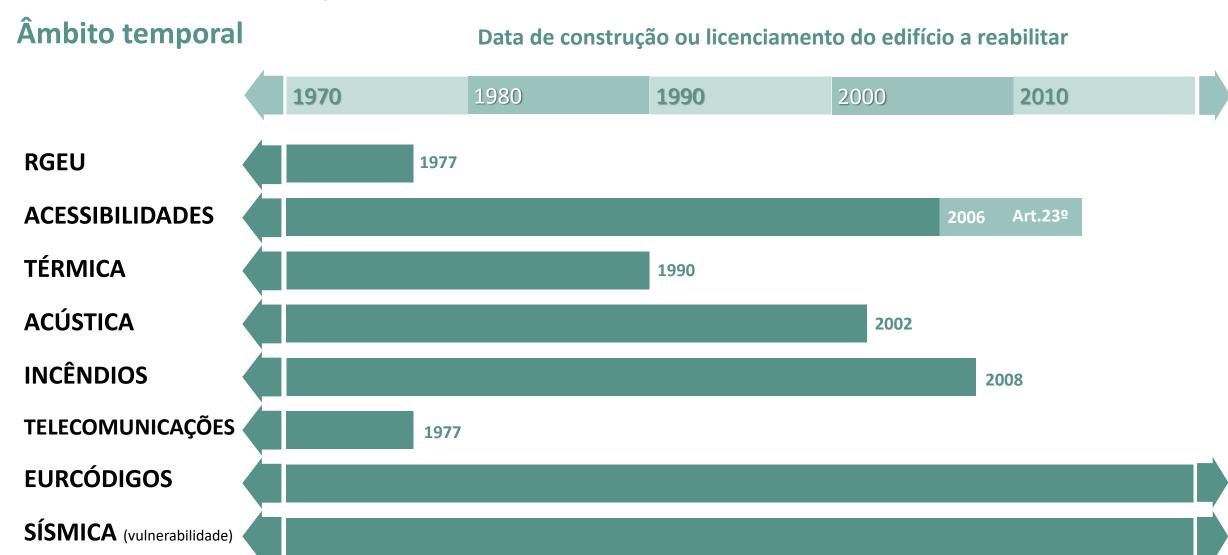
SÍSMICA (vulnerabilidade)

15º

SEI

302







Abrangência do novo regime

(dentro do quadro temporal definido para cada área)

	Todos os edifícios	Exceções já previstas na LEI	Obrigatório	Facultativo (pode optar pela legislação corrente)
RGEU				
ACESSIBILIDADES				
TÉRMICA				
ACÚSTICA				
INCÊNDIOS				
TELECOMUNICAÇÕES				
EURCÓDIGOS				
SÍSMICA (vulnerabilidade)				







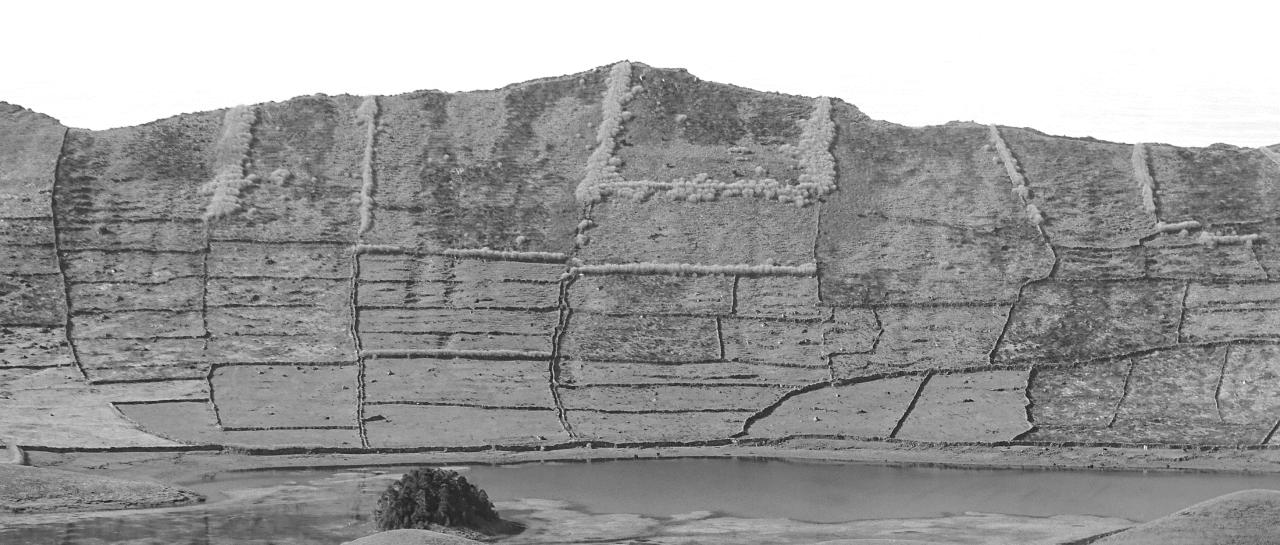






- → O novo quadro regulamentar adequa a legislação da construção à reabilitação e define os princípios fundamentais a que deve obedecer
- → O novo quadro regulamentar densifica, do ponto de vista concetual e tecnológico, as exceções previstas na lei para os edifícios existentes, contribuindo para a sua fundamentação e verificação criteriosas
- → O novo quadro regulamentar vem, assim se espera, dar um impulso qualificado à reabilitação de edifícios, por via da adequação da regulamentação, da sua flexibilidade e proporcionalidade e pela fortíssima convicção de uma responsabilidade ambiental alargada











Seminário

O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas

Principais alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 95/2019

Exigências funcionais da habitação e da edificação em conjunto

João Branco Pedro

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

RGEU

Decreto-Lei nº 95/2019 → O RGEU foi aprovado em 1951 e desde 17 de junho então foi objeto de diversas alterações Decreto-Lei nº 555/99 Portaria nº 304/2019 12 de setembro 16 de dezembro Decreto-Lei nº 53/2014 Decreto-Lei nº 44 258 Decreto-Lei nº 463/85 4 de novembro 8 de abril 31 de março de 1962 Decreto-Lei nº 650/75 Decreto-Lei nº 64/90 Decreto-Lei nº 290/2007 Decreto-Lei nº 38 382 18 de novembro 21 de fevereiro 7 de agosto de **1951** 17 de agosto 1951 Decreto-Lei nº 43/82 Decreto-Lei nº 50/2008 Decreto nº 38 888 29 de agosto de **1952** 8 de fevereiro 19 de março Decreto-Lei nº 220/2008 Decreto-Lei nº 45 027 Decreto-Lei nº 172-H/86 12 de novembro 13 de maio de **1963** 30 de junho Decreto-Lei nº 61/93 3 de março

RGEU

→ A aplicação do RGEU nas obras em edifícios existentes coloca diversas dificuldades

O é que compreensível pois o RGEU:

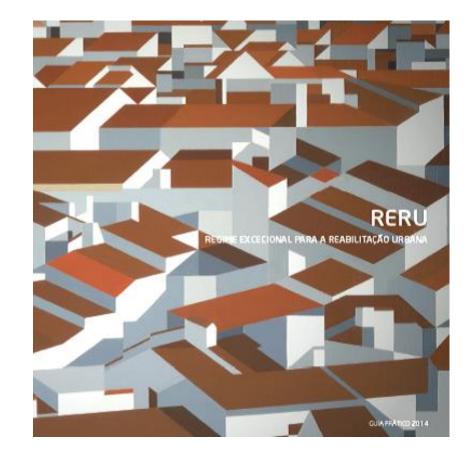
- Foi elaborado num período em que a expansão urbana e a construção de novos edifícios era dominante
- Adota uma formulação prescritiva e imperativa que dá pouca abertura à aplicação de novas soluções



http://www.porto.pt/assets/misc/img/noticias/URBANISMO/2017/Reabilita%C3%A7%C3%A3o/%23mno reabilitacao 01.jp

RERE

- → O Regime Excecional para a Reabilitação de Edifícios (RERE) dispensou as obras em edifícios existentes de cumprir algumas disposições do RGEU
- → A desregulamentação foi uma solução simples e expedita, pois apenas implicou a identificação das disposições manifestamente desajustadas



Objetivo

- → Tendo o RERE um caráter excecional e temporário, impunha-se encontrar uma solução normal e perene
- → No caso do RGEU, essa solução foi dada pela Portaria nº 304/2019 que define os requisitos funcionais mínimos da habitação e da edificação em conjunto, alternativos aos estabelecidos no RGEU



Diário da República, 1.ª série

N.º 175

12 de setembro de 2019

Pág. 137

INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO

Portaria n.º 304/2019

de 12 de setembro

Sumário: Define os requisitos funcionais da habitação e da edificação em conjunto, aplicáveis às operações de reabilitação em edificios ou frações com licença de construção emitida até 1 de janeiro de 1977, sempre que estes se destinem a ser total ou predominantemente afetos ao uso habitacional.

Nos termos previstos na alínea a) do nº 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei nº 95/2019, de 18 de julho, o Governo deve, por portaria do membro do Governo responsável pela área da reabilitação, definir os requisitos funcionais da habitação e da edificação em conjunto, aplicáveis às operações de reabilitação em edificios ou frações autónomas com licença de construção emitida até 1 de janeiro de 1977, sempre que estes se destimen a ser total ou predominantemente afetos ao uso habitacional, nos termos previstos no artigo 7.º do referido decreto-lei.

Assim:

Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho, manda o Governo, pela Secretária de Estado da Habitação, no uso de competências delegadas pelo Ministro das Infraestruturas e da Habitação, através do Despacho n.º 3396/2019, publicado no Diário da República. 2.º série. n.º 61, de 27 de marco. o seguinte:

SECCÃO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

- 1 A presente portaria procede à definição dos requisitos funcionais da habitação e da edificação em conjunto, aplicáveis às operações de reabilitação em edificios ou frações com licença de construção emitida até 1 de janeiro de 1977, sempre que estes se destinem a ser total ou predominantemente afetos ao uso habitacional, nos termos previstos no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 95/2019. de 18 de úlho.
- 2 O Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), aprovado pelo Decreto n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951, é aplicável subsidiariamente aos requisitos funcionais da habitação e da edificação em conjunto, previstos na presente portaria.

Artigo 2.9

Definições

Para efeitos da presente portaria, entende-se por:

- a) «Obras de pequena reorganização espacial», as obras de alteração de que resulte a reorganização espacial de uma habitação que, cumulativamente:
- i) Não altera a localização, forma ou dimensão de mais do que um terço do número total de compartimentos;
 - ii) Não aumenta o número de compartimentos em mais do que um;
- iii) Não altera a localização, forma ou dimensão da escada, quando esta existir;
- iv) Não altera a dimensão do corredor interior;
- v) Não altera o número de habitações;
- vi) Não altera o número de pisos

Âmbito

- → Edifícios ou frações, destinados a ser total ou predominantemente afetos ao uso habitacional
- → Edifícios ou frações com licença de construção emitida até
 1 de janeiro de 1977

(data aproximada da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 650/75, que definiu os requisitos funcionais da habitação e da edificação atualmente em vigor)

- → Obras de:
 - Alteração (pequena e grande reorganização espacial)
 - Reconstrução ou ampliação

Obras de alteração

Obras de pequena reorganização espacial

As obras de alteração de que resulte a reorganização espacial de uma habitação que, cumulativamente:

- i) Não altera a localização, forma ou dimensão de mais do que um terço do número total de compartimentos
- ii) Não aumenta o número de compartimentos em mais do que um
- iii) Não altera a localização, forma ou dimensão da escada, quando esta existir
- iv) Não altera a dimensão do corredor interior
- v) Não altera o número de habitações
- vi) Não altera o número de pisos

As exigências aplicam-se apenas aos espaços, instalações e elementos construtivos que forem objeto de intervenção

Obras de grande reorganização espacial

As obras de alteração de que resulte a reorganização espacial de uma habitação não incluídas na **pequena reorganização espacial**

As exigências aplicam-se a toda a habitação objeto de intervenção

Obras de reconstrução ou ampliação

Obras de reconstrução total

Aplica-se o **RGEU**

Obras de reconstrução parcial

Parte preexistente – Portaria

Parte reconstruída – RGEU / Portaria •

Obras de ampliação

Parte preexistente – Portaria

Parte ampliada – RGEU / Portaria

Critério

Sempre que existam fortes condicionantes determinadas pela necessidade de coerência com o edifício existente

O projetista devem fundamentar na memória descritiva ao abrigo dos princípios do DL nº 95/2019

Articulação com o RGEU

→ O RGEU é aplicável
 subsidiariamente ao definido na portaria

(i.e., a portaria prevalece, dentro do seu âmbito de aplicação, em relação às disposições equivalentes do RGEU)

PORTARIA	RGEU
SECÇÃO II – DISPOSIÇÕES INTERIORES DAS EDIFICAÇÕES	
Artº 4º – Pé-direito	Artº 65º
Artº 5º – Sala, quartos e cozinha	Artºs 66º , 67º , 69º , 84.2º e 86º
Artº 6º – Instalações sanitárias	Artºs 68º e 84.1º
Artº 7º – Corredores	Artº 70º
Artº 8º – Escadas das habitações	Artºs 46.1º
Artº 9º – Dimensão dos vãos	Artºs 71º , 72º e 87º
Artº 10º – Afastamento entre vãos de compartimentos e muro ou fachada fronteiros	Artº 73º e 75º
Artº 11º − Caves, sótãos, águas furtadas e mansardas	Artºs 77º , 78º , 79º e 80º
SECÇÃO III – ESPAÇOS COMUNS DOS EDIFÍCIOS	
Artº 12º – Comunicações verticais	Artºs 46º , 47º e 50º
Artº 13º – Sistema de evacuação de lixos	Artº 97º
Artº 14º – Logradouros	Artº 76º
SECÇÃO IV – DA EDIFICAÇÃO EM CONJUNTO	
Artº 15º − Altura máxima da edificação	Artº 59º
Artº 16º – Afastamento mínimo entre fachadas com vãos de compartimentos habitáveis	Artº 60º
Artº 17º – Intervalo entre fachadas posteriores	Artºs 62º e 63º

Bases

Análise comparativa das exigências mínimas aplicáveis em 6 países europeus (Bélgica, Espanha, França, Holanda, Escócia, Suécia)

Testes de aplicação pela equipa do Projeto Reabilitar como Regra (RcR)

 Contributos das entidades da rede de pontos focais do projeto RcR



Exemplo – Pé direito

Portaria nº 304/2019

- Compartimentos habitáveis ≥ 2,30 m
- Compartimentos não habitáveis ≥ 2,10 m
- A diminuição para valores inferiores ao RGEU só é permitida se melhorar a segurança, conforto, salubridade ou funcionalidade
- Em casos excecionais, admite-se a manutenção de um pé-direito existente inferior aos valores mínimos da portaria

RGEU

- Compartimentos habitáveis≥ 2,40 m
- Compartimentos não habitáveis

≥ 2,20 m

Exemplo – Áreas mínimas

Portaria nº 304/2019

- Sala \geq 10 m²
- Sala e cozinha \geq 14 m²
- Cozinha espaço para lava-louça, fogão e frigorífico
- Quartos
 - \geq 5,0 m² (pequena reorganização)
 - \geq 6,5 m² (grande reorganização de T1 a T4)

RGEU

- Sala \geq **10**, **12**, **16** m²
- Cozinha \geq 6 m²
- 1º Quarto $(casal) \ge 10,5 \text{ m}^2$
- 2° , 3° Quarto $(duplo) \ge 9 \text{ m}^2$
- 4º Quarto (individual) ≥ 6,5 m²

Benefícios

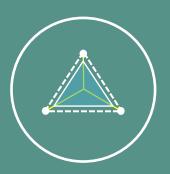
- → A Portaria nº 304/2019 permite:
 - Garantir condições mínimas de salubridade nos edifícios e nas habitações
 - Ajustar o RGEU aos condicionalismos impostos pelos edifícios existentes
 - Aumentar a segurança jurídica, definindo exigências específicas para a reabilitação de edifícios
 - Promover a economia ao ajustar o nível de exigência ao tipo de obra
- → Como consequência, permite minimizar o impacte das obras no PATRIMÓNIO e no AMBIENTE

Próximos passos...

- → A portaria entra em vigor a15 de novembro de 2019
- → Apesar da sua simplicidade, será importante
 acompanhar e apoiar a aplicação por projetistas e entidades licenciadoras



Ántónio Jara https://cdn.olhares.pt/client/files/foto/big/926/9266451.jpg



Seminário

O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas

Principais alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 95/2019

Acessibilidade em edifícios

Catarina Mouraz

Grupo de Trabalho "Reabilitar como Regra"

- Enquadramento legal das intervenções de reabilitação no domínio das acessibilidades:
 - Decreto-Lei nº 163/2006 Regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais (NTA)
 - Decreto-Lei nº 53/2014 revogado
 - Decreto-Lei nº 95/2019

soal especializado do Ministerio dos Negócios Estrangeiros, sendo-lhes aplicável o respectivo regime juridico.

SECCÃO II

Outro pessoal não diplomático des serviços consulares externos

Artigo 80.º

Os funcionários não diplomáticos do quadro de pes-soal do Ministério dos Negócios Estrangeiros concoras normas definidas em diploma especial.

Personi contratado inculmente

O estatuto do pessoal contratado localmente é regu-

O regime jurídico do pessoal não diplomático dos nsulares externos é definido em dinloma esnecial e, subsidiariamente, pelo direito da função pública e pelo direito privado local, conforme a natureza pública

SECCÃO III

Artigo 83.º

Os membros do pessoal consular gozam de liberdade sindical, conforme o disposto na Constituição e na lei.

Artividade sindical

O exercício da actividade sindical realizar-se-á nos

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Aposto

A promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindivel para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma socie-dade democrática, contribuindo decisivamente para um maior reforço dos laços sociais, para uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram e, conntemente, para um crescente aprofundamento da olidariedade no Estado social de direito.

Diário da República, 1.º série — N.º 152 — 8 de Aposto de 2006

São, assim, devidas ao Estado acções cuja finalidade seja garantir e assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais, ou seja, pessoas que se confrontam com barreiras ambientais, impeditivas de uma participação cívica activa e integral, resultantes de factores permanentes ou temporários, de deficiências de ordem

Do conjunto das pessoas com necessidades especiais fazem parte pessoas com mobilidade condicionada, isto é, pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distáncias, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como as pessoas cegas ou surdas, e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam tran sitoriamente condicionadas, como as grávidas, as erianças e os idosos.

Constituem, portanto, incumbências do Estado, de acordo com a Constituição da República Portuguesa, a promoção do bem-estar e qualidade de vida da popu lação e a igualdade real e jurídico-formal entre todos os portugueses [alínea d') do artigo 9.º e artigo 13.º]. bem como a realização de «uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias», o desenvolvimento de «uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles» e «assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais e tutores» (n.º 2

Por sua vez, a alinea d) do artigo 3.º da Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência (Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto) determina «a promoção de uma sociedade para todos através da eliminação de barreiras e da adopção de medidas que visem a plena participação da pessoa com deficiência».

O XVII Governo Constitucional assumiu, igualmente

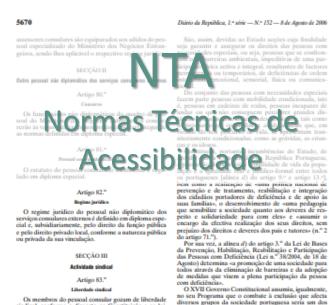
no seu Programa que o combate à exclusão que afecta diversos grupos da sociedade portuguesa seria um dos objectivos primordiais da sua acção governativa, nos quais se incluem, naturalmente, as pessoas com mobi-lidade condicionada que quotidianamente têm de confrontar-se com múltiplas barreiras impeditivas do exer cicio pleno dos seus direitos de cidadania.

A matéria das acessibilidades foi já objecto de regulacão normativa, através do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, que introduziu normas técnicas, visando a eliminação de barreiras urbanísticas e arquitectónicas nos edificios públicos, equipamentos colectivos e via

Decorridos oito anos sobre a promulgação do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, aprova-se agora, neste dominio, um novo diploma que define o regime da acessibilidade aos edificios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais o qual faz parte de um conjunto mais vasto de instrumentos que o XVII Governo Constitucional pretende criar, visando a construção de um sistema global, coerente e ordenado em matéria de acessibilidades, susceptivel de proporcionar às pessoas com mobilidade condicionada condições iguais às das restantes pessoas.

As razões que justificam a revogação do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, e a criação de um novo diploma em sua substituição prendem-se, em primeiro lugar, com a constatação da insuficiência das soluções propostas por esse diploma.

- Enquadramento legal das intervenções de reabilitação no domínio das acessibilidades:
 - Decreto-Lei nº 163/2006 Regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais (NTA)
 - Decreto-Lei nº 53/2014 revogado
 - Decreto-Lei nº 95/2019



no seu Programa que o combate à exclusão que afecta diversos grupos da sociedade portuguesa seria um dos objectivos primordiais da sua acção governativa, nos quais se incluem, naturalmente, as pessoas com mobidade condicionada que quotidianamente têm de confrontar-se com múltiplas barreiras impeditivas do exercicio pleno dos seus direitos de cidadania.

A matéria das acessibilidades foi já objecto de regu lação normativa, através do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, que introduziu normas técnicas, visando a eliminação de barreiras urbanísticas e arquitectónicas nos edificios públicos, equipamentos colectivos e via

Decorridos oito anos sobre a promulgação do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, aprova-se agora, neste dominio, um novo diploma que define o regime da acessibilidade aos edificios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, o qual faz parte de um conjunto mais vasto de ins-trumentos que o XVII Governo Constitucional pretende criar, visando a construção de um sistema global, coerente e ordenado em matéria de acessibilidades, suscentivel de proporcionar às pessoas com mobilidade condicionada condições iguais às das restantes pessoas

As razões que justificam a revogação do Decreto-Lei " 123/97, de 22 de Maio, e a cração de um novo diploma em sua substituição prendem-se, em primeiro lugar, com a constatação da insuficiência das soluções propostas por esse diploma.

sindical, conforme o disposto na Constituição e na lei.

Artigo 84.º

O exercício da actividade sindical realizar-se-á nos lugares não reservados ao atendimento do público.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Decreto-Lei n.º 163/2006 de E de Agosto

A promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindivel para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma socie-dade democrática, contribuindo decisivamente para um maior reforço dos laços sociais, para uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram e, consequentemente, para um crescente aprofundamento da solidariedade no Estado social de direito.

- Enquadramento legal das intervenções de reabilitação no domínio das acessibilidades:
 - Decreto-Lei nº 163/2006 Regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais 📀 (NTA)
 - Decreto-Lei nº 53/2014 revogado
 - Decreto-Lei nº 95/2019

Diário da República, I.* sério-N.* 69-8 de abril de 2014 b) As our tenham visto couar o respetivo contrato de trabalho por sua iniciativa. 5-É de 10 dias o prazo para a prática de quaisque atos pela comissão especial, não se suspendendo nem in-3-As ações objeto da OPV que não sejam vendidas a terrompendo em qualquer circunstância. rabalhadores, assim como aquelas cuja transmissão não se 6—Os membros da comissão especial ficam sujei tos a dever de confidencialidade relativamente a todas a dquirir tais ações pelo preço por ação constante da sua 4-No âmbito da OPV, as ações a adquirir pelos trabalhadores são alienadas pela AdP. 5—As demais condições a que deve obedecer a OPV de ações destinada a trabalhadores da EGF são definidas (a que se refere a silinea e) do n.º 1 do artigo 9.º) MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO vio de operações urbanísticas e regulando a reabilitação arbana de edifícios ou frações, ainda que localizados se justifique uma intervenção de reabilitação destinada 1—É realizada uma oferta pública de venda (OPV) reservada aos trabalhadores da EGF a qual tem por objeto ações representativas de um máximo de 5 % do capiali preconizada reforcou o conceito de oprotecão do tal social da EGF, nos termos previstos no artigo 12.º do existentes, já previsto no Decreto-Lei n.º 307/2009, de Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, e nas condições 23 de outubro. De acordo com o regime específico de a fixar em resolução do Conselho de Ministros 2—Para os efeitos do número anterior, são considerados trabalhadores da EGF, nos termos do artigo 12.º da Lei

n.º 11/90, de 5 de abril, alterada pelas Leis n.º 102/2003,

de 15 de novembro, e 50/2011, de 13 de setembro, as pes-

soas que estejam ou hajam estado ao serviço da referida

sociedade ou das respetivas participadas por mais de três

a) As que tenham sido despedidas em es

2337

construção originária, desde que a operação de reabi-

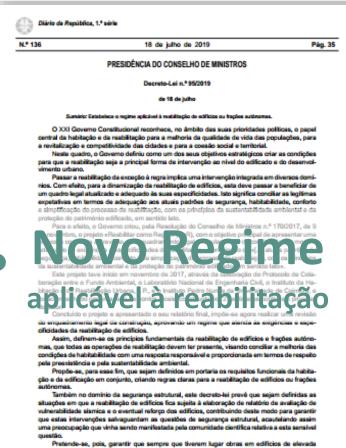
litação urbana não origine ou agrave a desconformi-

dade com essas normas ou permita mesmo a melhoria

generalizada do estado do edificio. Em todo o caso,

a não observância de tais regras de construção deve

- → Enquadramento legal das intervenções de reabilitação no domínio das acessibilidades:
 - Decreto-Lei nº 163/2006 Regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais. • (NTA)
 - Decreto-Lei nº 53/2014 revogado
 - Decreto-Lei nº 95/2019



classe de importância em termos sismicos, bem como quando sejam identificados sinais de degradação da estrutura, ou das quais resultem alterações estruturais ou de utilização se proceda a avaliação da vulnerabilidade sismica, o mesmo sucedando em todas as intervenções de granda

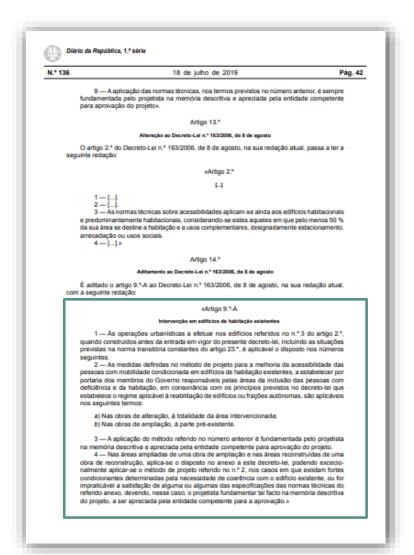
Dificuldades na aplicação da legislação

- → Dificuldades na aplicação do Decreto-Lei nº 163/2006:
 - Aplicação integral das NTA com necessidade de grandes alterações e profundo impacte financeiro e ambiental
 - Exceções legais não aplicáveis a habitação
- → Problemas na aplicação do Decreto-Lei nº 53/2014:
 - Dispensa de exigências total e acrítica

- → Objetivo: criação de uma alternativa às NTA para dar resposta adequada às especificidades dos edifícios de habitação existentes
- Princípios-base da alteração regulamentar:
 - A melhoria da acessibilidade deve ser um princípio base de qualquer intervenção
 - A abordagem deve ser proporcionada, progressiva e flexível
 - Enquadramento pleno nos princípios-base estabelecidos no DL nº 95/2019

O Decreto-Lei 95/2019

- → Alterações ao DL 163/2006 introduzidas pelo DL 95/2019:
 - Alterações formais
 - Aditamento do artigo 9ºA 'Intervenção em edifícios de habitação existentes'



O Decreto-Lei 95/2019

- → Alterações ao DL 163/2006 introduzidas pelo DL 95/2019:
 - Alterações formais
 - Aditamento do artigo 9ºA 'Intervenção em edifícios de habitação existentes'



Estabelece termos aplicáveis aos edifícios habitacionais e predominantemente habitacionais construídos antes de 2006



«Artigo 9.º-A

Intervenção em edifícios de habitação existentes

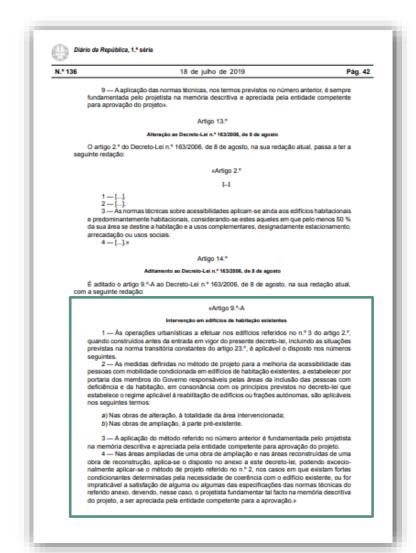
- 1 Às operações urbanísticas a efetuar nos edifícios referidos no n.º 3 do artigo 2.º, quando construídos antes da entrada em vigor do presente decreto-lei, incluindo as situações previstas na norma transitória constantes do artigo 23.º, é aplicável o disposto nos números sequintes.
- 2 As medidas definidas no método de projeto para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada em edifícios de habitação existentes, a estabelecer por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da inclusão das pessoas com deficiência e da habitação, em consonância com os princípios previstos no decreto-lei que estabelece o regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas, são aplicáveis nos seguintes termos:
 - a) Nas obras de alteração, à totalidade da área intervencionada;
 - b) Nas obras de ampliação, à parte pré-existente.
- 3 A aplicação do método referido no número anterior é fundamentada pelo projetista na memória descritiva e apreciada pela entidade competente para aprovação do projeto.
- 4 Nas áreas ampliadas de uma obra de ampliação e nas áreas reconstruídas de uma obra de reconstrução, aplica-se o disposto no anexo a este decreto-lei, podendo excecionalmente aplicar-se o método de projeto referido no n.º 2, nos casos em que existam fortes condicionantes determinadas pela necessidade de coerência com o edifício existente, ou for impraticável a satisfação de alguma ou algumas das especificações das normas técnicas do referido anexo, devendo, nesse caso, o projetista fundamentar tal facto na memória descritiva do projeto, a ser apreciada pela entidade competente para a aprovação.»

4 — Nas áreas ampliadas de uma obra de ampliação e nas áreas reconstruídas de uma obra de reconstrução, aplica-se o disposto no anexo a este decreto-lei, podendo exoceionalmente aplicar-se o método de projeto referido no n.º 2, nos casos em que existam fortes condicionantes determinadas pela necessidade de coerência com o edificio existente, ou for impraticável a satisfação de alguma ou algumas das especificações das normas técnicas do referido anexo, devendo, nesse caso, o projetista fundamentar tal facto na memória descritiva do projeto, a ser apreciada pela entidade competente para a aprovação.»

O Decreto-Lei 95/2019

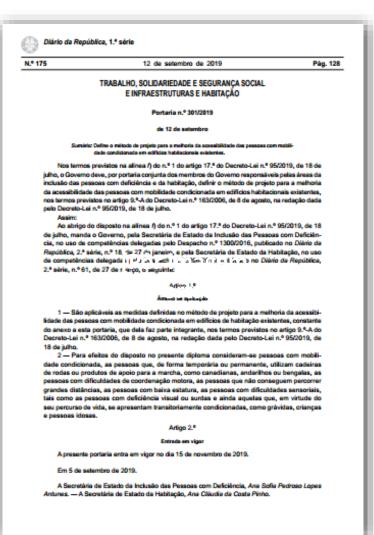
- → Alterações ao DL 163/2006 introduzidas pelo DL 95/2019:
 - Alterações formais
 - Aditamento do artigo 9ºA 'Intervenção em edifícios de habitação existentes'
- → Publicação da Portaria 301/2019, de 12 de setembro "Método de projeto para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada em edifícios de habitação existentes"





A Portaria 301/2019 de 12 de setembro

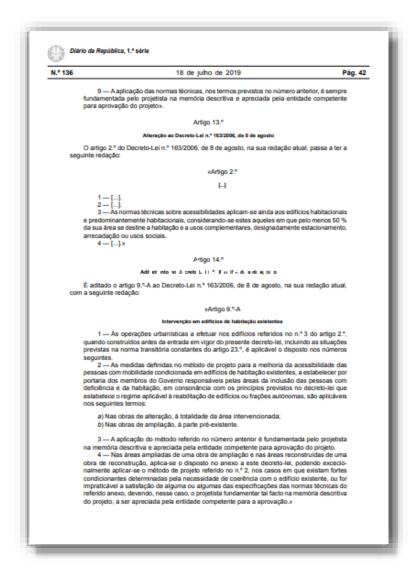
- → Artigo 1º: Âmbito de aplicação
- → Artigo 2º: Entrada em vigor
- → Anexo: Método de projeto para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada em edifícios de habitação existentes



O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro

Pressupostos gerais do método:

- Classificação de obras em simples, médias ou profundas
- → Aumento gradual de exigências com a profundidade de intervenção
- Necessidade de acautelar melhorias na acessibilidade,
 a evidenciar no plano a apresentar



O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro - Quadro 1

Nível de Intervenção	Intervenção Simples	Intervenção Média	Intervenção Profunda
	(N1)	(N2)	(N3)
Critérios de classi- ficação.	 Não altera o uso da habitação ou do edifício. Não altera a localização, forma ou dimensão de mais do que um terço do número total de compartimentos da habitação. Não aumenta de compartimentos da habitação. Não altera a localização, forma ou dimensão das comunicações horizontais da habitação ou do edifício. Não altera o número de habitações do edifício. Não altera o número de pisos no edifício. 	tal de compartimentos da habitação Aumonta e número de compartimentos da habitação media média	 Altera o uso da habitação ou do edifício. Altera a localização, forma ou dimensões de comunicações verticais do edifício. Altera a localização arma ou dimensões de un un ações horizontais do edifício. Altera o número de pisoado edifício tervenção Aumenta o número de habitações de officio a comunicações de officio de la pisoado edifício.

Quadro 1: Critérios de classificação da obra por nível de intervenção

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Objetivos dos níveis de intervenção

- 3 As medidas a adotar em cada nível de intervenção devem ter subjacentes os seguintes objetivos:
- a) Intervenção simples (N1): garantir a acessibilidade com autonomia por utilizadores com mobilidade condicionada que não utilizem cadeira de rodas, mediante a adoção de soluções tecnológicas e mecanismos de apoio onde necessário;
- b) Intervenção média (N2): garantir a acessibilidade com autonomia por utilizadores com mobilidade condicionada, incluindo utilizadores de cadeira de rodas, na utilização de, pelo menos, uma parcela acessível da habitação e, quando alterado, no acesso a partir do exterior da habitação, mediante a adoção de soluções tecnológicas e mecanismos de apoio onde necessário;
- c) Intervenção profunda (N3): garantir a acessibilidade com autonomia de utilizadores com mobilidade condicionada, incluindo utilizadores de cadeira de rodas, na utilização de, pelo menos, uma parcela acessível por habitação, nas comunicações verticais e horizontais de acesso às frações, quer nos pisos, quer entre os pisos, bem como estacionamentos, arrecadações e espaços sociais de edifícios e respetivos logradouros, mediante a adoção de soluções tecnológicas e mecanismos de apoio onde necessário, sem prejuízo do disposto na alínea e) do nº 1.

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Objetivos dos níveis de intervenção

- 3 As medidas a adotar em cada nível de intervenção devem ter subjacentes os seguintes **objetivos**:
- a) Intervenção simples (N1): garantir a acessibilidade com autonomia por utilizadores com mobilidade condicionada que não utilizem cadeira de rodas, mediante a adoção de soluções tecnológicas e mecanismos de apoio onde necessário;
- b) Intervenção média (N2): garantir a acessibilidade com autonomia por utilizadores com mobilidade condicionada, incluindo utilizadores de cadeira de rodas, na utilização de, pelo menos, uma parcela acessível da habitação e, quando alterado, no acesso a partir do exterior da habitação, mediante a adoção de soluções tecnológicas e mecanismos de apoio onde necessário;
- c) Intervenção profunda (N3): garantir a acessibilidade com autonomia de utilizadores com mobilidade condicionada, incluindo utilizadores de cadeira de rodas, na utilização de, pelo menos, uma parcela acessível por habitação, nas comunicações verticais e horizontais de acesso às frações, quer nos pisos, quer entre os pisos, bem como estacionamentos, arrecadações e espaços sociais de edifícios e respetivos logradouros, mediante a adoção de soluções tecnológicas e mecanismos de apoio onde necessário, sem prejuízo do disposto na alínea e) do nº 1.

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Objetivos dos níveis de intervenção

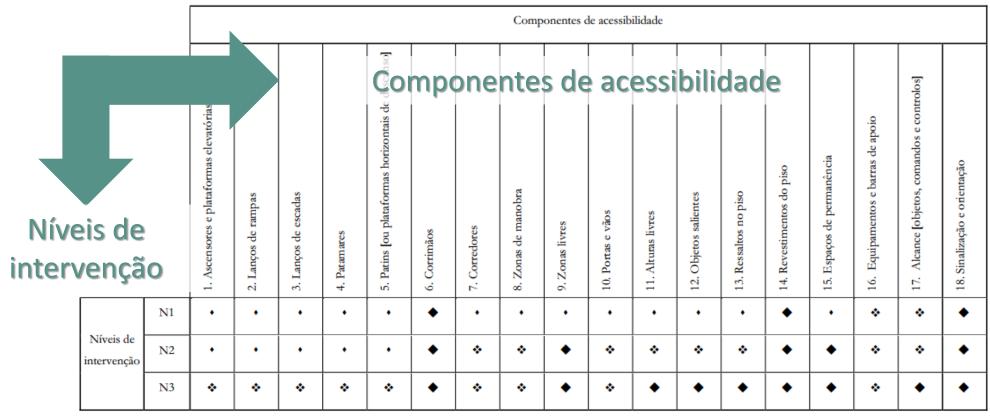
- 3 As medidas a adotar em cada nível de intervenção devem ter subjacentes os seguintes **objetivos**:
- a) Intervenção simples (N1): garantir a acessibilidade com autonomia por utilizadores com mobilidade condicionada que não utilizem cadeira de rodas, mediante a adoção de soluções tecnológicas e mecanismos de apoio onde necessário;
- b) Intervenção média (N2): garantir a acessibilidade com autonomia por utilizadores com mobilidade condicionada, incluindo utilizadores de cadeira de rodas, na utilização de, pelo menos, uma parcela acessível da habitação e, quando alterado, no acesso a partir do exterior da habitação, mediante a adoção de soluções tecnológicas e mecanismos de apoio onde necessário;
- c) Intervenção profunda (N3): garantir a acessibilidade com autonomia de utilizadores com mobilidade condicionada, incluindo utilizadores de cadeira de rodas, na utilização de, pelo menos, uma parcela acessível por habitação, nas comunicações verticais e horizontais de acesso às frações, quer nos pisos, quer entre os pisos, bem como estacionamentos, arrecadações e espaços sociais de edifícios e respetivos logradouros, mediante a adoção de soluções tecnológicas e mecanismos de apoio onde necessário, sem prejuízo do disposto na alínea e) do nº 1.

Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Medidas a adotar

6 – Após a definição do nível de intervenção nos termos do número 2, o tipo de medidas a adotar no plano de acessibilidades é definido no Quadro 2, considerando-se:

- a) Medidas de mitigação: medidas que, não atingindo o mesmo nível de desempenho em termos de acessibilidade que as 'Normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada' constantes do Anexo do Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto (NTA), asseguram, tanto quanto possível, a segurança, o conforto e a funcionalidade dos percursos acessíveis e dos espaços de permanência;
- b) Medidas de compensação: medidas alternativas que proporcionam um desempenho equivalente ao disposto nas NTA, nomeadamente através do recurso a novas tecnologias onde necessário, que assegurem a segurança, o conforto e a funcionalidade dos percursos acessíveis e dos espaços de permanência;
- c) Cumprimento das NTA: cumprimento integral das especificações das 'Normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada' constantes do Anexo do Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto.

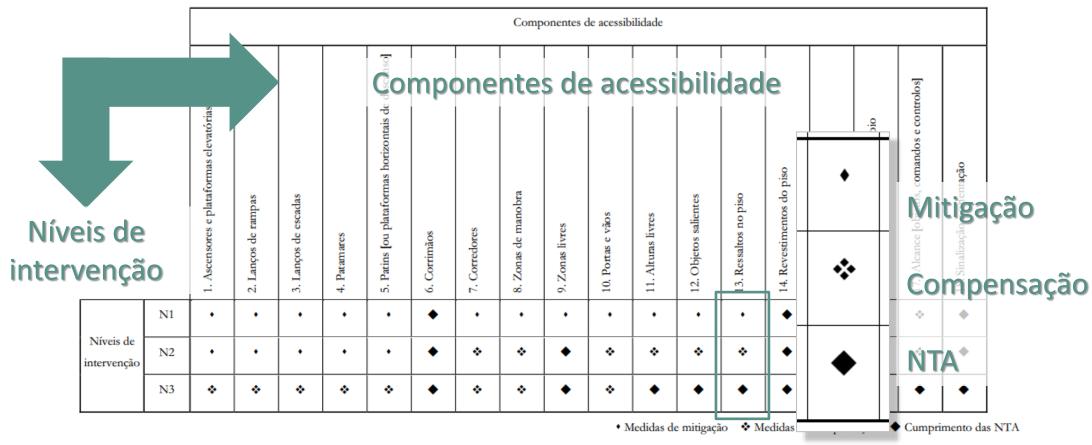
O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Medidas a adotar



Medidas de mitigação
 ❖ Medidas de compensação
 ❖ Cumprimento das NTA

Quadro 2: Tipos de medidas a adotar no plano de acessibilidades, por componente de acessibilidade e nível de intervenção

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Medidas a adotar



Quadro 2: Tipos de medidas a adotar no plano de acessibilidades, por componente de acessibilidade e nível de intervenção

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro - Medidas a adotar

									Comp	onentes	de acessib	ilidade								
		1. Ascensores e plataformas elevatórias	2. Lanços de rampas	3. Lanços de escadas	4. Patamares	5. Patins [ou plataformas horizontais de descanso]	6. Corrimãos	7. Corredores	8. Zonas de manobra	9. Zonas livres	10. Portas e vãos	11. Alturas livres	12. Objetos salientes	13. Ressaltos no piso	14. Revestimentos do piso	15. Espaços de permanência	16. Equipamentos e barras de apoio	17. Alcance [objetos, comandos e controlos]	18. Sinalização e orientação	
	N1	•	•	٠	٠	•	•	•	•	•	•	•	•	٠	•	•	*	*	•	
Níveis de intervenção	N2	•	•	•	•	•	•	٠	٠	•	*	٠	*	٠	•	•	*	٠	•	
	N3	٠	*	٠	٠	٠	•	٠	٠	•	*	•	•	•	•	•	*	•	•	

Medidas de mitigação
 ❖ Medidas de compensação
 ◆ Cumprimento das NTA

Quadro 2: Tipos de medidas a adotar no plano de acessibilidades, por componente de acessibilidade e nível de intervenção

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Medidas a adotar

									Comp	onentes	de acessib	ilidade								
		1. Ascensores e plataformas elevatórias	2. Lanços de rampas	3. Lanços de escadas	4. Patamares	5. Patins [ou plataformas horizontais de descanso]	6. Corrimãos	7. Corredores	8. Zonas de manobra	9. Zonas livres	10. Portas e vãos	11. Alturas livres	12. Objetos salientes	13. Ressaltos no piso	14. Revestimentos do piso	15. Espaços de permanência	16. Equipamentos e barras de apoio	17. Alcance [objetos, comandos e controlos]	18. Sinalização e orientação	
	N1	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	*	٠	•	
Níveis de intervenção	N2	٠	•	•	•	•	•	*	٠	•	*	*	*	*	•	•	٠	٠	•	
	N3	*	*	*	*	*	•	*	*	•	*	•	•	•	•	•	*	•	•	

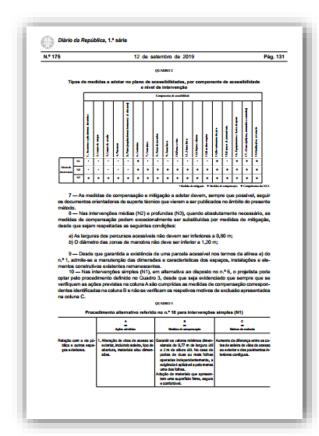
Medidas de mitigação
 ❖ Medidas de compensação
 ◆ Cumprimento das NTA

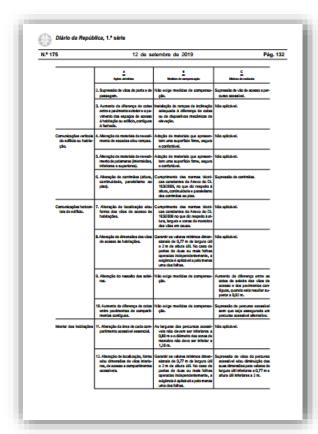
Quadro 2: Tipos de medidas a adotar no plano de acessibilidades, por componente de acessibilidade e nível de intervenção

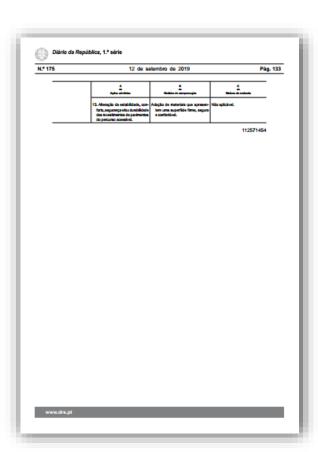
O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Tolerâncias (N2 e N3)

- 8 Nas intervenções médias (N2) e profundas (N3), quando absolutamente necessário, as medidas de compensação podem excecionalmente ser substituídas por medidas de mitigação, desde que sejam respeitadas as seguintes condições:
- a) As larguras dos percursos acessíveis não devem ser inferiores a 0,80 m;
- b) O diâmetro das zonas de manobra não deve ser inferior a 1,20 m;

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Abordagens alternativas (N1)

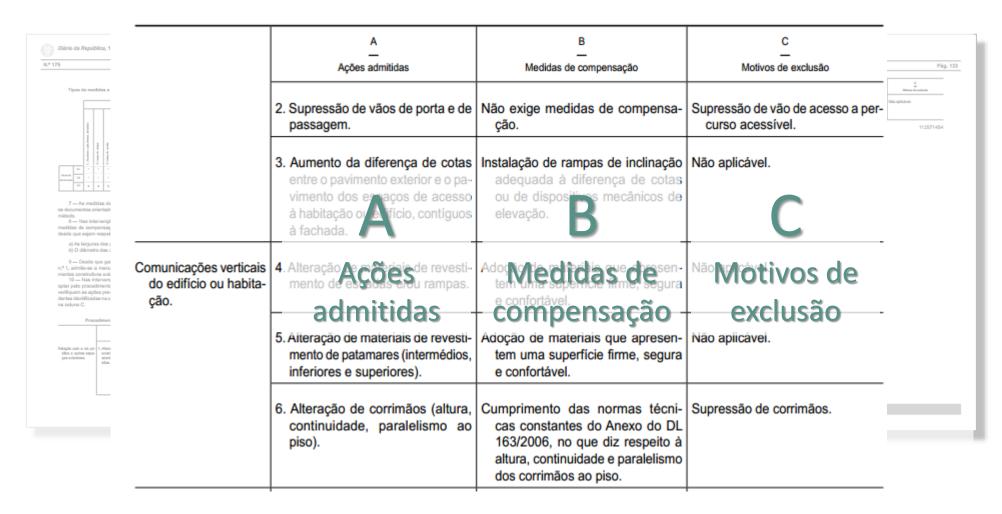






Quadro 3 – Procedimento alternativo referido no nº 10 para intervenções simples (N1)

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Abordagens alternativas (N1)



O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Abordagens alternativas (N1)

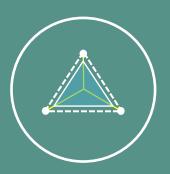
	A	В	С
	Ações admitidas	Medidas de compensação	Motivos de exclusão
	Supressão de vãos de porta e de passagem.	Não exige medidas de compensação.	Supressão de vão de acesso a per- curso acessível.
	3. Aumento da diferença de cotas entre o pavimento exterior e o pavimento dos espaços de acesso à habitação ou edifício, contíguos à fachada.	· ·	Não aplicável.
Comunicações verticais do edifício ou habitação.	-	Adoção de materiais que apresentem uma superficie firme, segura e confortável.	Não aplicável.
	Alteração de materiais de revesti- mento de patamares (intermédios, inferiores e superiores).	Adoção de materiais que apresentem uma superficie firme, segura e confortável.	Não aplicável.
	Alteração de corrimãos (altura, continuidade, paralelismo ao piso).	Cumprimento das normas técnicas constantes do Anexo do DL 163/2006, no que diz respeito à altura, continuidade e paralelismo dos corrimãos ao piso.	Supressão de corrimãos.

Notas Finais

- → Falta de enquadramento legal adequado, até ao momento, para edifícios de habitação existentes
- → Lacunas regulamentares (RERE, exceções do DL 163/2006) conduziram a situações de dispensa casuística das normas
- → Necessidade de encontrar alternativa regulamentar no domínio das acessibilidades adequada à especificidade dos edifícios existentes

Notas Finais

- → Decreto-Lei 95/2019: estabelece princípios orientadores para as intervenções de reabilitação fundamentais, altera Decreto-Lei 163/2006 e estabelece publicação de Portaria
- → Portaria 301/2019: estabelece, no seu anexo, nova metodologia flexível e proporcionada
- → Nova metodologia: Contribui para a melhoria da acessibilidade em todas as intervenções, reforça a importância do papel de projeto, define linhas orientadoras para o seu correto desenvolvimento



Seminário

O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas

Principais alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 95/2019

Segurança contra incêndios em edifícios

António Leça Coelho

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Decreto-Lei nº 95/2019

Clarificou e densificou as situações em que é possível aplicar métodos de verificação de segurança ao incêndio na elaboração do projeto de reabilitação de edifícios

Esta possibilidade já estava prevista no DL nº 220/2008, através da redação conferida pelo DL nº 224/2015 (artigo 14º-A), mas carecia de **operacionalização**



Diário da República, 1.ª série

N.º 136

18 de julho de 2019

Pág. 35

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 95/2019

de 18 de julho

Sumário: Estabelece o regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas

O XXI Governo Constitucional reconhece, no âmbito das suas prioridades políticas, o papel central da habitação e da reabilitação para a melhoria da qualidade de vida das populações, para a revitalização e competitividade das cidades e para a coesão social e territorial.

Neste quadro, o Governo definiu como um dos seus objetivos estratégicos criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nivel do edificado e do desenvolvimento urbano.

Passar a reabilitação da exceção à regra implica uma intervenção integrada em diversos dominios. Com efeito, para a dimamização da reabilitação de edificios, esta deve passar a beneficiar de um quadro legal atualizado e adequado ás suas especificidades. Isto significa conciliar as legitimas expetativas em termos de adequação aos atuais padrões de segurança, habitabilidade, conforto e simplificação do processo de reabilitação, com os princípios da sustentabilidade ambiental e da proteção do património edificado, em sentido lato.

Para o efeito, o Governo criou, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 170/2017, de 9 de novembro, o projeto «Reabilitar como Regra» (RcR), com o objetivo principal de apresentar uma proposta com vista à «revisão do enquadramento legal e regulamentar da construção, de modo a adequá-lo às exigências e especificidades da reabilitação», conciliando os «[...] atuais padrões de segurança, habitabilidade, conforto e de simplificação do processo de reabilitação, com os principios da sustentabilidade ambiental e da protecão do patrimônio edificado, em sentido lato».

Este projeto teve início em novembro de 2017, através da celebração do Protocolo de Colaboração entre o Fundo Ambiental, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., e o Instituto Pedro Nunes da Universidade de Coimbra, e foi acompanhado por uma rede de pontos focais, constituída por 23 entidades públicas e privadas do setor.

Concluído o projeto e apresentado o seu relatório final, impõe-se agora realizar uma revisão do enquadramento legal da construção, aprovando um regime que atenda ás exigências e especificidades da reabilitação de edifícios.

Assim, definem-se os princípios fundamentais da reabilitação de edificios e frações autónomas, que todas as operações de reabilitação devem ter presente, visando conciliar a melhoria das condições de habitabilidade com uma resposta responsável e proporcionada em termos de respeito pela preexistência e pela sustentabilidade ambiental.

Propõe-se, para esse fim, que sejam definidos em portaria os requisitos funcionais da habitação e da edificação em conjunto, criando regras claras para a reabilitação de edificios ou frações autónomas.

Também no domínio da segurança estrutural, este decreto-lei prevê que sejam definidas as situações em que a reabilitação de edifícios fica sujeita à elaboração de relatório de avaliação de vulnerabilidade sísmica e o eventual reforço dos edifícios, contribundo deste modo para garantir que estas intervenções salvaguardam as questões de segurança estrutural, acautelando assim uma preocupação que vinha sendo manifestada pela comunidade científica relativa a esta sensivel questão.

Pretende-se, pois, garantir que sempre que tiverem lugar obras em edificios de elevada classe de importância em termos sísmicos, bem como quando sejam identificados sinais de degradação da estrutura, ou das quais resultem alterações estruturais ou de utilização se proceda à avaliação da vulnerabilidade sísmica, o mesmo sucedendo em todas as intervenções de grande enveradura.

Projeto de SIE

- → Cabe ao projetista determinar as medidas de SI a implementar no edifício, fundamentado na memória descritiva do projeto de SIE, e recorrendo a:
 - Métodos de análise reconhecidos pela ANEPC, ou
 - Método publicado pelo LNEC Relatório nº 327/2019, disponível no repositório digital do LNEC em http://repositorio.lnec.pt:8080/jspui/handle/1 23456789/1011804





O **ARICA:2019**

Método de avaliação da segurança ao incêndio em edifícios existentes

permite determinar o **nível de segurança ao incêndio** de um edifício existente, **tendo por referencial**

a legislação em vigor

Antecedentes

- → Foi desenvolvido originalmente no LNEC em 2004
- → A primeira aplicação teve lugar no Plano Piloto de Luta Contra Incêndios e Segurança, em Guimarães
- → Foi objeto de estudos de investigação dos quais resultaram diversos ajustamentos



Vocação

- → A versão de 2019 resulta de um trabalho de reformulação que reorientou o método,
 - da análise do risco de incêndio em centros urbanos antigos,
 - para a avaliação das condições de segurança ao incêndio de edifícios existentes, com vista a apoiar o projeto



Fatores globais

Regulamentação de Segurança ao incêndio

- Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro, na sua redação atual
- Portaria nº 1532/2008, de 29 de dezembro, na sua redação atual
- Despacho nº 2074/2009, de 15 de janeiro



Exemplo de um fator (1)

O valor do fator relativo à iluminação de emergência no local de risco é o seguinte:

- 1,40 Vias de evacuação equipadas com iluminação de emergência, apesar da regulamentação não o exigir
- **1,00** Vias de evacuação equipadas com iluminação de emergência de acordo com o exigido na regulamentação
- **0,80** Vias de evacuação equipadas com iluminação de emergência que não está de acordo com o exigido na regulamentação
- ----- Vias de evacuação não equipadas com iluminação de emergência, mas a regulamentação também não o exige
- **0,60** Vias de evacuação não equipadas com iluminação de emergência, apesar da regulamentação o exigir

Exemplo de um fator (2)

O valor do fator relativo à inclinação das vias verticais de evacuação é calculado pela equação seguinte:

$$\begin{cases} FI_{VVE} = 1,50 & se I_{VVE} < 27 \\ FI_{VVE} = 0,001 \times I_{VVE}^2 - 0,123 \times I_{VVE} + 4,132 & se 27 \le I_{VVE} \le 60 \\ FI_{VVE} = 0,30 & se I_{VVE} > 60 \end{cases}$$

em que:

I_{VVE} – Inclinação da via vertical de evacuação (graus)

Cálculo

O índice de segurança ao incêndio (I_{SI}) é obtido pela média do desempenho obtido em cada um dos fatores globais \cdots .



O resultado tem o seguinte significado:

- 3
- 4

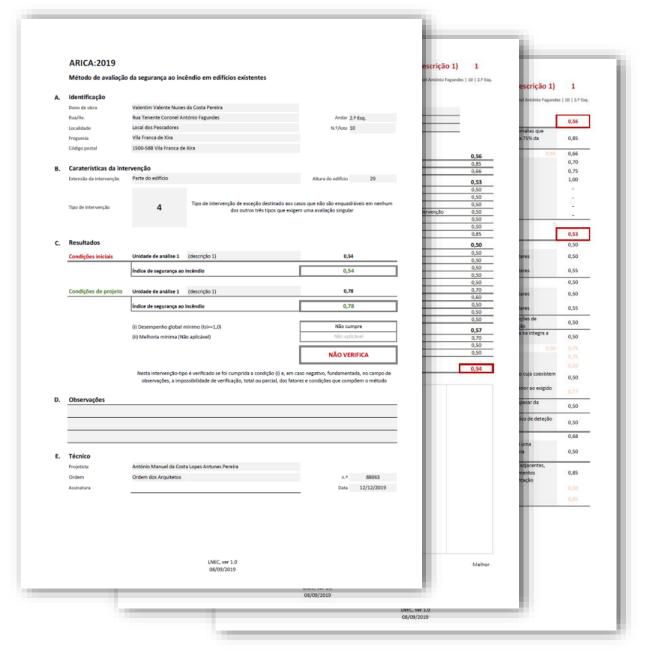
- → I_{SI} > 1,0 Nível de segurança superior ao regulamentar
- → I_{SI} = 1,0 Nível de segurança idêntico ao regulamentar
- → I_{SI} < 1,0 Nível de segurança inferior ao regulamentar

Intervenções-tipo

- → De acordo com a profundidade das alterações previstas, as intervenções são classificadas em tipo 1, 2, 3 ou 4 consoante as suas caraterísticas em termos de SI (i.e., utilização-tipo, categoria de risco, locais de risco, número e largura das saídas dos locais de risco, efetivo dos locais de risco, vias de evacuação)
- → As exigências de SI variam com a intervenção-tipo, sendo mais elevadas quanto mais profunda for a intervenção

Operacionalização

- Para apoiar a aplicação do método está a ser desenvolvida uma folha de cálculo, que:
 - Organiza a informação
 - Realiza os cálculos
 - Produz o relatório



Benefícios

- → O ARICA:2019 permite:
 - Garantir um adequado nível de segurança
 - Ultrapassar condicionalismos impostos pelas caraterísticas dos edifícios
 - Encontrar soluções de projeto adequadas a cada caso
 - Agilizar o processo de projeto
 - Promover a economia dos meios empregues nas obras
- → Como consequência, minimiza o impacte no património e no ambiente

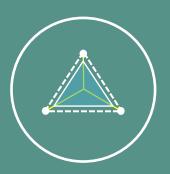
Próximos passos...

O LNEC irá:

- → Prosseguir a investigação no domínio da SI
- → Acompanhar e apoiar a aplicação do método
- → Promover ações de formação



ARICA:2019



Seminário

O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas

Principais alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 95/2019

Comportamento térmico e eficiência energética

Vasco Peixoto de Freitas

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Decreto-Lei nº 95/2019 (TÉRMICA)

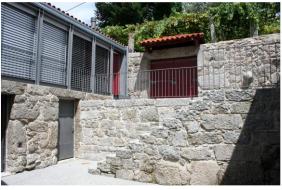
- → Especificidade da reabilitação de edifícios
- → Condições de utilização
- Importância do conforto na saúde
- → Diretiva, Eficiência e energética e Produção de CO2
- → Alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 95/2019
 - Princípios
 - Modelo
 - Prática

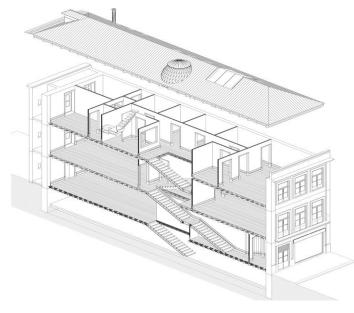
- 1. Fundamentação
- 2. Âmbito
- 3. Alterações
- 4. Tipo de edifício e custo da intervenção
- 5. Metodologia
- 6. Exigências

Reabilitação – Exige flexibilidade atendendo à diversidade





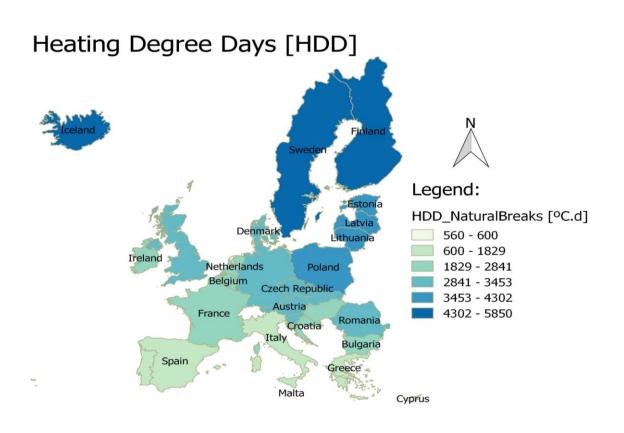


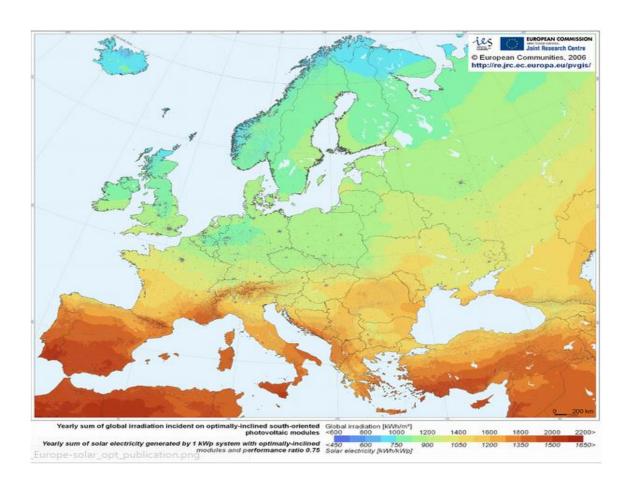




Atender às condições reais de utilização...

(Clima, rendimentos, custo da energia e hábitos culturais)





Hábitos culturais

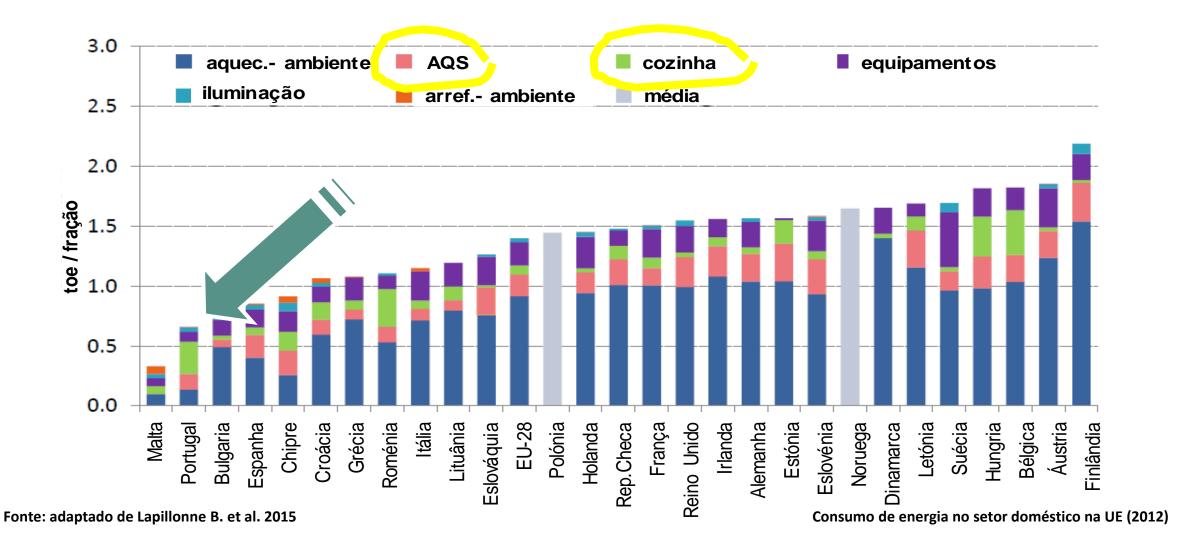




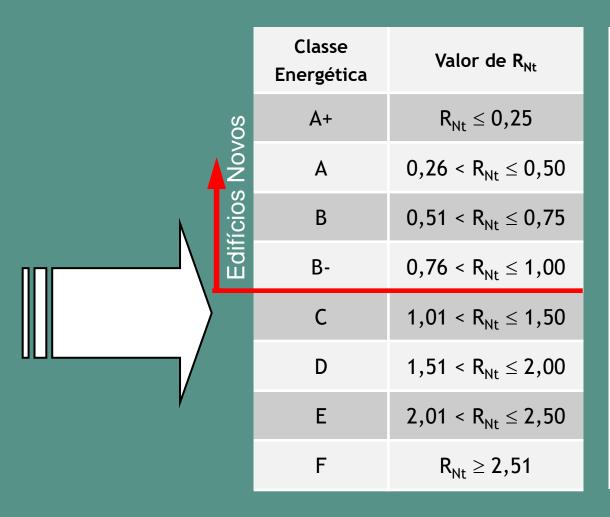


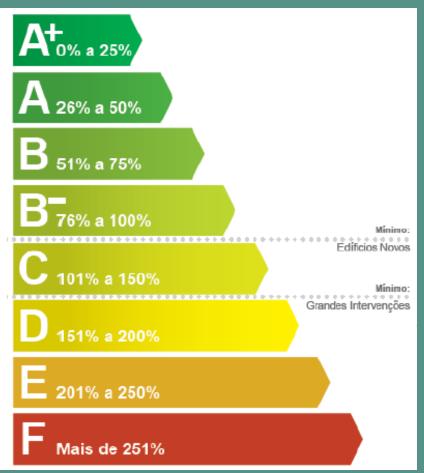
Abertura diária e prolongadas das janelas

O que nos diferencia? (Repartição dos consumos)



REABILITAÇÃO: Preservação e valorização da preexistência



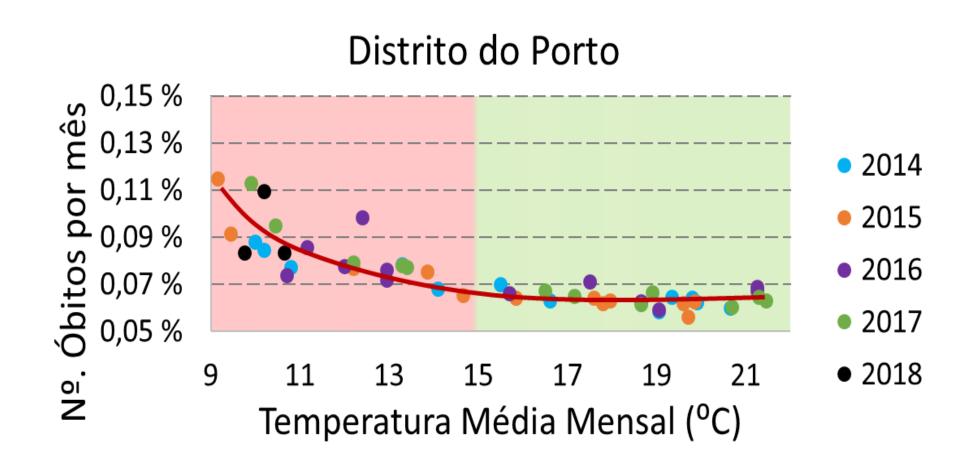


Conforto e Saúde

Riscos de não aquecer, não ventilar e não isolar a envolvente



Temperatura exterior média mensal vs Mortalidade

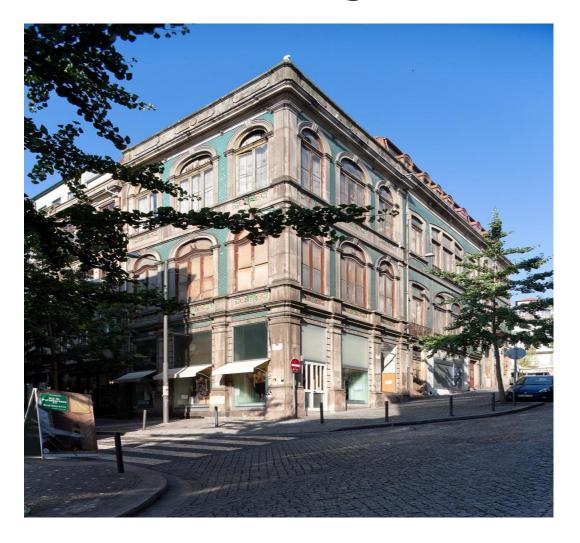


REABILITAÇÃO: Qualidade da envolvente e eficiência dos sistemas...

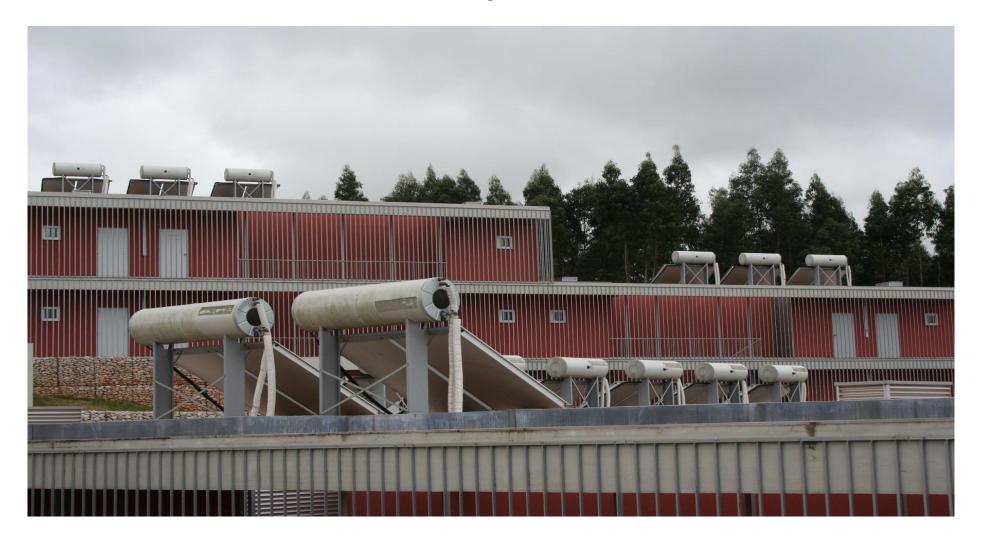


Necessidade de compatibilizar a preservação das fachadas com o conforto térmico e a eficiência energética





Eficiência energética dos equipamentos deve ser sempre otimizada



REH – SCE (Comportamento térmico e Eficiência energética)

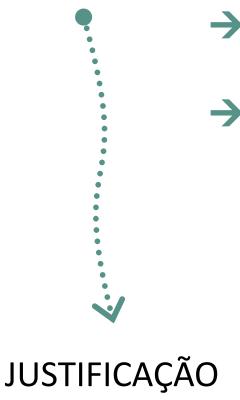


- → Preserva o modelo atual ajustando-o
- → Aplicável a edifícios anteriores a 1990
- Predominantemente afetos ao uso habitacional (+50%)
- → Portaria nº 297/2019 (9 setembro)
- Altera o Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto
 - Nos casos previstos no nº 5 do artigo 28º e 29º e nº 1 do 30º
- Revogação do RERU 53/2014
- Entrada em vigor 15 de Novembro
- → Portaria nº 303/2019, de 12 de setembro Custos-padrão

Comportamento térmico e Eficiência energética

Fundamentação Da Excecionalidade

Incompatibilidades



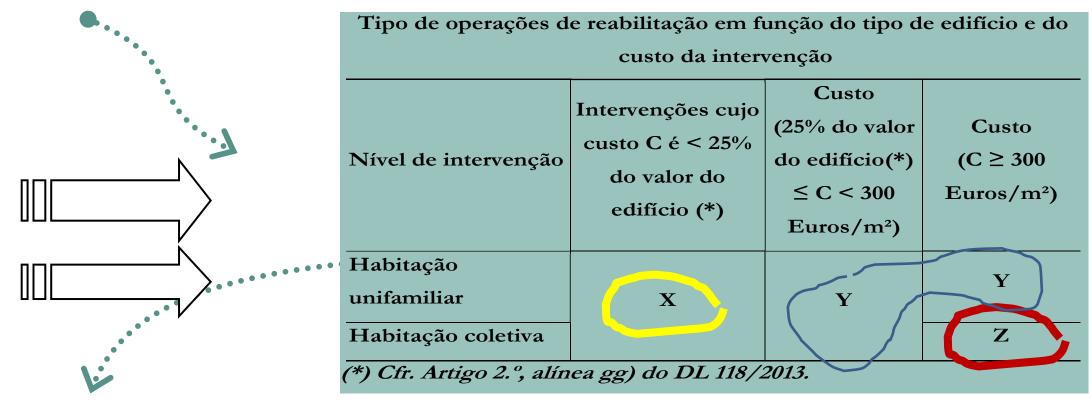
- Ordem Técnica
- Ordem Funcional

Princípios fundamentais da reabilitação de edifícios (DL 95/2019)

- Princípio da proteção e valorização do existente
- Princípio da sustentabilidade ambiental
- Princípio da melhoria proporcional e progressiva

Tipo de edifício e Custo da intervenção

→ Portaria nº 297/2019, de 9 de setembro



→ Portaria nº 303/2019, de 12 de setembro — Custos-Padrão

METODOLOGIA - TIPO X

Limitar U
Limitar fator solar

Isolamento térmico – Minimizar condensações

→ Portaria 297/2019, de 9 de setembro

•••								
	Coeficientes de transmissão térmica superficiais máximos admissiveis							
	$U_{\text{max}}(W/m^2K)$							
	r	I1	I2	I3				
	Elementos opacos verticais – Paredes			1,50	1,40			
	Elementos	Coberturas	0,80	0,70	0,60			
	opacos	Pavimentos sobre o	1,00	0,90	0,80			
	horizontais	exterior						
	Vão envidraçados	(portas e janelas) - U _{wdn}	4,50	4,00	4,00			
MÍNIMOS Flexibilização								

Proteção solar - Conforto de Verão - Valores máximos admissíveis

→ Portaria 297/2019, de 9 de setembro

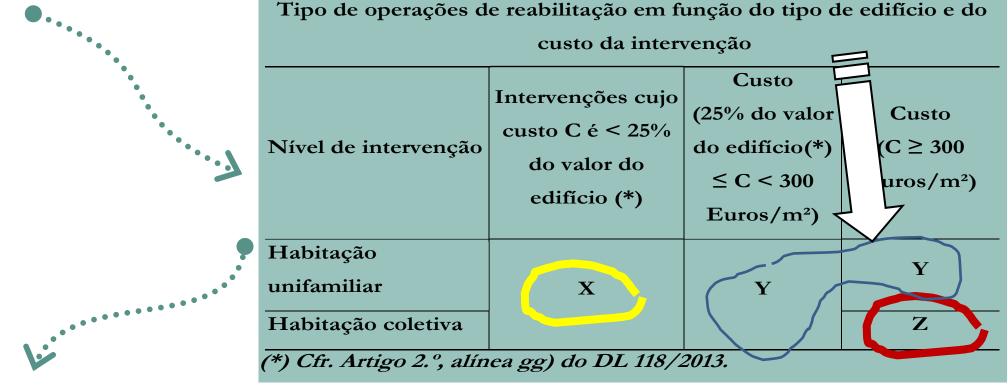
Quadro III

•	V1(3)										
	$A_{\rm env}/A_{\rm pav}$ ⁽¹⁾		<5% ≥5% - <15%		5%	≥15% - <25%		≥25%			
3	Inérc/Orient ⁽²⁾	E-S-O	N	E-S	O	··N	E-S	О	N	E-S	О
	Fraca	0,40	0,40	0,20	0,20	0,40	0,15	0,15	0,40	0,10	0,1
••••	Média	0,40	0,40	0,40	0,20	0,40	0,40	0,20	0,40	0,40	0,2
1:	Forte	0,60	0,60	0,40	0,40	0,60	0,40	0,40	0,60	0,40	0,4

- → Zona climática Relação área de envidraçado/área do compartimento Inércia térmica
 - Orientação

Tipo de edifício e Custo da intervenção

→ Portaria 297/2019, de 9 de setembro



→ Portaria nº 303/2019, de 12 de setembro — Custos-Padrão

METODOLOGIA – TIPO Y (Regras simplificadas do REH)

- Limitar U
- Limitar fator Solar
- Ntc/Nt menor do que 2,00
- Perdas térmicas (fator multiplicativo)
- Critérios mínimos de ventilação

Tipo de edifício e Custo da intervenção

→ Portaria 297/2019, de 9 de setembro

	Tipo de operações de reabilitação em função do tipo de edifício e do custo da intervenção				
	Nível de intervenção	Intervenções cujo custo C é < 25% do valor do edifício (*)	Custo (25% do valor do edifício(*) ≤ C < 300 Euros/m²)	Custo $(C \ge 300)$ $Euros/m^2)$	
\	Habitação unifamiliar Habitação coletiva (*) Cfr. Artigo 2.°, alín	ea gg) do DL 118/2	Y 2013.	Z	

→ Portaria nº 303/2019 , de 12 de setembro — Custos-Padrão

METODOLOGIA – TIPO Z (Método de cálculo do REH com simplificações)

- Limitar U
- Limitar fator Solar
- Ntc/Nt menor do que 1,50
- Perdas térmicas (fator multiplicativo)
- Critérios mínimos de ventilação





Seminário

O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas

Principais alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 95/2019

Comportamento acústico

Luís Godinho

Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra

Decreto-Lei nº 95/2019

Comportamento acústico

Conteúdos:

- Regulamentação em vigor
- Justificação para a alteração
- Princípios gerais
- Modificações introduzidas
- Principais ideias a destacar



Diário da República, 1.º série

N.º 136

18 de julho de 2019

Pág. 35

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 95/2019

de 18 de julho

Sumário: Estabelece o regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas

O XXI Governo Constitucional reconhece, no âmbito das suas prioridades políticas, o papel central da habitação e da reabilitação para a melhoria da qualidade de vida das populações, para a revitalização e competitividade das cidades e para a coesão social e territorial.

Neste quadro, o Governo definiu como um dos seus objetivos estratégicos criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano.

Passar a reabilitação da exceção à regra implica uma intervenção integrada em diversos dominios. Com efeito, para a dinamização da reabilitação de edificios, esta deve passar a beneficiar de um quadro legal atualizado e adequado às suas especificidades. Isto significa conciliar as legitimas expetativas em termos de adequação aos atuais padrões de segurança, habitabilidade, conforto e simplificação do processo de reabilitação, com os princípios da sustentabilidade ambiental e da proteção do patrimônio edificado, em sentido lato.

Para o efeito, o Governo críou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 170/2017, de 9 de novembro, o projeto «Reabilitar como Regra» (RcR), com o objetivo principal de apresentar uma proposta com vista à «revisão do enquadramento legal e regulamentar da construção, de modo a adequá-lo às exigências e especificidades da reabilitação», conciliando os «[...] atuais padrões de segurança, habitabilidade, conforto e de simplificação do processo de reabilitação, com os princípios da sustentabilidade ambiental e da proteção do património edificado, em sentido lato».

Este projeto teve início em novembro de 2017, através da celebração do Protocolo de Colaboração entre o Fundo Ambiental, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., e o Instituto Pedro Nunes da Universidade de Coimbra, e foi acompanhado por uma rede de pontos focais, constituída por 23 entidades públicas e privadas do setor.

Concluido o projeto e apresentado o seu relatório final, impõe-se agora realizar uma revisão do enquadramento legal da construção, aprovando um regime que atenda às exigências e especificiadades da reabilitacão de edifícios.

Assim, definem-se os princípios fundamentais da reabilitação de edificios e frações autónomas, que todas as operações de reabilitação devem ter presente, visando conciliar a melhoria das condições de habitabilidade com uma resposta responsável e proporcionada em termos de respeito pela preexistência e pela sustentabilidade ambiental.

Propõe-se, para esse fim, que sejam definidos em portaria os requisitos funcionais da habitação e da edificação em conjunto, criando regras claras para a reabilitação de edificios ou frações autónomas.

Também no domínio da segurança estrutural, este decreto-lei prevé que sejam definidas as situações em que a reabilitação de edificios fica sujeita à elaboração de relatório de avaliação de vulnerabilidade sismica e o eventual reforço dos edificios, contribuindo deste modo para garantir que estas intervenções salvaguardam as questões de segurança estrutural, acautelando assim uma preocupação que vinha sendo manifestada pela comunidade cientifica relativa a esta sensivel questão.

Pretende-se, pois, garantir que sempre que tiverem lugar obras em edificios de elevada classe de importância em termos sísmicos, bem como quando sejam identificados sinais de degradação da estrutura, ou das quais resultem alterações estruturais ou de utilização se proceda à avaliação da vulnerabilidade sísmica, o mesmo sucedendo em todas as intervenções de grande envergadura.

Regulamentação em vigor

- → O Decreto-Lei nº 129/2002 de 11 de maio representou um novo paradigma nas exigências de conforto acústico dos edifícios;
- → A sua alteração através do Decreto-lei nº 96/2008, de 9 de junho, que se encontra em vigor, incorporou algumas alterações ao anterior (em termos dos indicadores utilizados, por exemplo), compatibilizando-o também com o Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro (que aprova o Regulamento Geral do Ruído – RGR);
- Construções mais recentes, licenciadas no âmbito destes dois Decretos-Lei incorporaram já, no seu projeto e construção, preocupações de desempenho acústico compatíveis com esses Decretos-Lei.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 34/2008

de 9 de Junho

Nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 17/2008, de 29 de Janeiro, nomeio, sob proposta do Governo, para integrarem a Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, as seguintes personalidades:

Presidente — Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva.

Francisco Luís Sarsfield Pereira Cabral. João José de Sousa Bonifácio Serra. Maria Fernanda Fernandes Garcia Rollo Maria Raquel Henriques da Silva.

Assinado em 5 de Junho de 2008

Publique-s

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Conselho de Estado

Declaração n.º 7/2008

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do arto do Conselho de Estado Dr.º Maria Manuela Dias Ferreira Leite, em declaração dirigida ao Presidente da República, em 4 de Junho de 2008, remunicou ao cargo de membro do Conselho de 2008, remunicou ao cargo de membro do Conselho de Conselho para que hava sido designada de compando de conselho de designada de compando de conselho de compando de

Lisboa, 5 de Junho de 2008. — O Secretário, António Macedo de Almeida.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Decreto-Lei n.º 96/2008

de 9 de Junho

O Decreto-Lei nº 129/2002, de 11 de Maio, aprovou o Regulamento dos Requisitos Actisticos dos Edificios (RRAE) que regula a vertente do conforto acústico no âmbito do regime da edificação, contribuindo para a mehoria da qualidade do ambiente acústico e para o beestar e saúde das populações, em articulação com o regime jurídico relativo ao ruido ambiente.

O actual enquadramento legal do ruido, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 146/2006, de 31 de Julho, que procede à transposição para o ordenamento jurídico interno da Directiva nº 2002/49/CE, do Parlamento Europa de do Conselho, de 25 de Junho, relativa à avaliação do ruido ambiente, e pelo Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de Janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruido (RGR), torna necessário proceder à revisão do RRAE, de modo a compatibilizá-lo com estes diplomas.

Procede-se, assim, à compatibilização com as disposições do RGR, em especia la relativa sa oi solamento sonoro das fachadas dos edificios localizados em zonas próximas de vias de trafego e definidas como sensíveis, e ao isolamento sonoro das fachadas de novos edificios a construir em zonas urbanas consolidadas, para as quais não é possível, de imediato, cumpir os valores limite de exposição, nos termos previstos no n.º 7 do artigo 12.º do RGR.

As alterações agora introduzidas actualizam os parâmetros de desempenha accisico dos edificios e os indicadores tortos de desempenha accisico dos edificios e os indicadores explicitamente procedimentos e instalações, e estabelecem explicitamente procedimentos de avaliação de conformidade com as normas definidas no Regulamento, visando a melhoria da qualidade habitacional no País, tanto para edificios novos como para os edificios existentes que venham a ser objecto de reconstrução, amplicação, ou alteração.

É alargado o âmbito de aplicação do RRAE, incluindo, agon, critérios mínimos para os edificios de unidades hoteleiras e são definidos requisitos mínimos para auditórios, salas de espectáculo e cinemas de modo a evitar a necessidade de posteriores correcções acústicas.

Introduz-se um desagravamento dos requisitos exigíveis em termos de isolamento sonoro dos espaços interiores em edificios em processo de reabilitação situados em zonas históricas, de modo a tomar exequivel a adopção de soluções construtivas que confiram identidade patrimonial e histórica.

Com a presente alteração legislativa assegura-se a coerediacia entre a legislação que regula a exposição ao ruido exterior, assente em critérios específicos de uso do solo, e os requisitos exigidos para a qualidade habitacional e o uso dos edificios.

Procede-se, ainda, à alteração das normas relativas às contra-ordenações, adaptando-as ao regime das contraordenações ambientais, constante da Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto.

Foram ouvidos a Associação Nacional de Municípios Portugueses e os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Nos termos da alinea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de Maio

1 — Os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º e 15.º do Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edificios, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de Maio, passam a ter a seguinte redaceão:

«Artigo 1.

1...

2 — As normas do presente Regulamento aplicam-se à construção, reconstrução, ampliação ou alteração dos seguintes tipos de edificios, em função dos usos a que os mesmos se destinam:

a) Edificios habitacionais e mistos, e unidades hoteleiras;

Regulamentação em vigor

→ O DL nº 96/2008, de 9 de junho, previa a seguinte disposição no que respeita à reabilitação de edifícios, no seu artº 5º (edifícios de habitação):

"8 — Aos edifícios situados em zonas históricas que sejam objeto de ações de reabilitação, mantendo uma das vocações de uso previstas no presente artigo e a mesma identidade patrimonial, podem aplicar-se os requisitos constantes das alíneas b) a g) do nº 1, com uma tolerância de 3 dB.

b) O índice de isolamento sonoro a sons de condução aérea, $D_{nT,w}$ entre compartimentos de um fogo, como locais emissores, e quartos ou zonas de estar de outro fogo, como locais receptores, deve satisfazer o seguinte:

$$D_{nT,w} \ge 50 \text{ dB}$$

c) O índice de isolamento sonoro a sons de condução aérea, $D_{nT,w'}$ entre locais de circulação comum do edificio, como locais emissores, e quartos ou zonas de estar dos fogos, como locais receptores, deve satisfazer o seguinte:

i) $D_{nT,w} \ge 48 \text{ dB}$;

ii) $\hat{D}_{nT,w}^{L,w} \ge 40 \text{ dB}$, se o local emissor for um caminho de circulação vertical, quando o edifício seja servido por ascensores;

iii) $D_{nT, w} \ge 50$ dB, se o local emissor for uma garagem de parqueamento automóvel;

d) O índice de isolamento sonoro a sons de condução aérea, $D_{nT,w'}$ entre locais do edificio destinados a comércio, indústria, serviços ou diversão, como locais emissores, e quartos ou zonas de estar dos fogos, como locais receptores, deve satisfazer o seguinte:

$$D_{wTw} \ge 58 \text{ dB}$$

e) No interior dos quartos ou zonas de estar dos fogos, como locais receptores, o índice de isolamento sonoro a sons de percussão, $L'_{nT, w'}$ proveniente de uma percussão normalizada sobre pavimentos dos outros fogos ou de locais de circulação comum do edificio, como locais emissores, deve satisfazer o seguinte:

$$L'_{nT,w} \leq 60 \text{ dB}$$

- f) A disposição estabelecida na alínea anterior não se aplica, se o local emissor for um caminho de circulação vertical, quando o edificio seja servido por ascensores:
- g) No interior dos quartos ou zonas de estar dos fogos, como locais receptores, o índice de isolamento sonoro a sons de percussão, L'_{nT, w'} proveniente de uma percussão normalizada sobre pavimentos de locais do edifício destinados a comércio, indústria, serviços ou diversão, como locais emissores, deve satisfazer o seguinte:

$$L'_{nTw} \le 50 \text{ dB}$$

Porquê alterar o disposto no DL nº 96/2008, de 9 de junho?

- → Reconhece-se que com a publicação dos Decretos-Lei nº 129/2002 e 96/2008 surge uma nova forma de olhar para o desempenho acústico dos edifícios, obrigando os vários agentes a considerar o conforto acústico como uma das vertentes importantes no projeto e construção de edifícios;
- → Esta preocupação esteve muito longe de ser considerada em épocas anteriores, e a falta de legislação (até 1987) ou a sua fraca aplicação (de 1987 a 2002) levou a que grande parte das edificações construídas não observassem qualquer preocupação de conforto acústico;
- → As características construtivas e arquitectónicas dessas edificações tornam, em alguns casos, difícil a satisfação das exigências de desempenho acústico definidas neste Decreto-Lei.



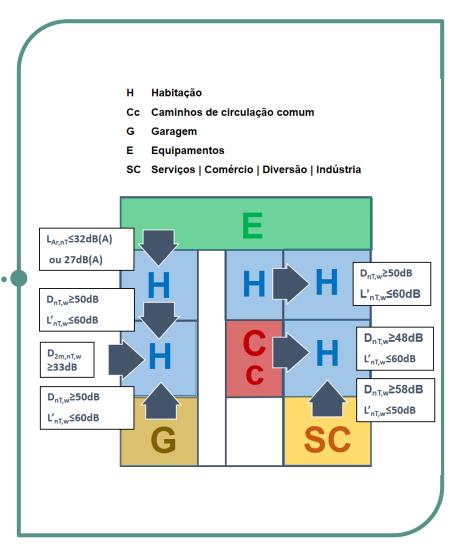




Princípios orientadores para esta alteração

Fundamental:

Manter os mesmos indicadores de desempenho acústico constantes na legislação atualmente em vigor, com os quais os projetistas e os laboratórios de ensaio se encontram já familiarizados, garantindo que não ocorre, neste contexto, uma rotura com os conceitos já estabilizados na comunidade técnica.



Princípios orientadores para esta alteração

- → Considera-se que, em algumas situações, poderão não ser plenamente aplicados os requisitos acústicos exigidos a edifícios novos. Estabelecem-se como princípios orientadores:
 - Garantir que as exigências de desempenho são apenas aplicadas a elementos intervencionados;
 - Nos edifícios não abrangidos pela regulamentação mais recente, poderão ser considerados desagravamentos em alguns parâmetros;
 - Alargar a possibilidade de preservar soluções existentes, pelo que em situações específicas, mediante justificação, poderá ocorrer um desagravamento adicional.

Uma vez que o completo cumprimento das exigências do DL 96/2008 pode revelar-se complexo e levar à substituição integral das soluções originais.

A preservação da pré-existência constitui, em muitas situações, uma preocupação fundamental das operações de reabilitação, que deve ser respeitada.

- → Âmbito de aplicação:
 - Aplicação a edifícios de habitação ou mistos (art. 5º do DL 96/2008);
 - Preocupação fundamental de clarificar que apenas deve ser exigido o cumprimento de exigências de desempenho acústico a elementos alvo de reabilitação.

"Nas obras em que seja aplicável a presente portaria, nos termos previstos nos nºs 8 e 9 do artigo 5º do Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios, aprovado pelo Decreto – Lei nº 129/2002, de 11 de maio, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 95/2019, 18 de julho, o isolamento sonoro das partes intervencionadas deve observar, como mínimo:..."

- → Princípios fundamentais:
 - Poderão ser considerados desagravamentos de <u>3 dB</u> nos parâmetros referentes a elementos de compartimentação interiores entre frações do mesmo edifício ou de edifícios vizinhos;
 - No caso de fachadas, considera-se também uma redução da exigência em <u>3</u>
 <u>dB</u> desde que se pretenda preservar caixilharia e/ou envidraçados existentes.

- "a) As exigências acústicas estabelecidas nas alíneas b) a g) do número 1 do artigo 5º do referido regulamento, com uma redução de 3 dB;
- b) As exigências acústicas estabelecidas na alínea a) do número 1 do artigo 5º do referido regulamento, com uma redução de 3 dB, sempre que as intervenções ocorram em elementos de fachada e sem implicar a substituição dos elementos de caixilharia e/ou envidraçado existentes."

- → Complementarmente:
 - De modo a alargar a possibilidade de preservação da pré-existência, introduz-se um desagravamento adicional sempre que se pretenda a manutenção integral dos elementos originais do edifício intervencionado.

CONCRETIZAÇÃO:

"2 – Sempre que a intervenção de reabilitação de um elemento construtivo pressuponha a manutenção integral da solução pré-existente, e mediante a devida fundamentação, as exigências referidas na alínea a) do número anterior podem ter uma redução adicional de 2 dB."

- → Complementarmente:
 - Reconhece-se que quando existam intervenções apenas relativas à substituição de equipamentos, sem intervenção nos elementos do edifício, se justifica o desagravamento da exigência do DL 96/2008 em 3 dB.

CONCRETIZAÇÃO:

"3 – Sempre que não sejam realizadas intervenções nos elementos construtivos préexistentes, as exigências estabelecidas na alínea h) do número 1 do artigo 5º do regulamento referido no número 1 do presente artigo, relativas ao nível de ruído de equipamentos coletivos do edifício, podem ter uma redução de 3 dB(A)."

- → Apoio ao projeto:
 - Dada a clara dificuldade de previsão das transmissões marginais num contexto de reabilitação, propõem-se metodologias simples para a previsão destas transmissões em situações correntes para:
 - Sons aéreos;
 - Sons de percussão.

Propõe-se a consideração de contribuições para as transmissões marginais:

- Entre 2dB e 4 dB para os sons aéreos para elementos com Rw inferior ou igual a 50dB
- Com base no método
 simplificado proposto na EN
 12354-2 para o caso dos sons
 de percussão, conduzindo a
 valores entre 0 e 6 dB

Notas finais

- → O paradigma adotado no novo regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas procurou estabelecer um enquadramento mais adequado neste contexto, seguindo alguns princípios de base:
 - Manter uma linha de continuidade com a lógica da legislação existente para edifícios novos;
 - Flexibilizar as exigências no contexto de reabilitação de edifícios/frações de habitação cuja construção original não se encontrava abrangida pelos DL 129/2002 e DL 96/2008;
 - Exigência de desempenho apenas aplicável a elementos alvo de intervenção,
 dando a possibilidade de melhoria progressiva e parcial de frações ou edifícios;
 - Alargar a possibilidade de preservação da pré-existência, desagravando as exigências em situações específicas.



Seminário

O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas

Principais alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 95/2019

Segurança estrutural

José Manuel Catarino

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Decreto-Lei nº 95/2019 - Segurança estrutural

- → Prevê que sejam definidas as situações em que a reabilitação de edifícios fica sujeita à elaboração de relatório de avaliação de vulnerabilidade sísmica e o eventual reforço dos edifícios
 - Contribuindo para a garantia da segurança estrutural nestas intervenções
 - Preocupação manifestada pela comunidade científica
 - Portaria nº 302/2019 − DR de 12 de setembro

Decreto-Lei nº 95/2019 - Segurança estrutural

- → Medidas em articulação com a substituição dos Regulamentos Estruturais nacionais pelos Eurocódigos Estruturais
 - Implica a revogação dos primeiros, integrada no presente DL
 - A consagração dos segundos (Despacho Normativo nº 21/2019)
- → Esta alteração regulamentar é imprescindível para as medidas a adotar no domínio da vulnerabilidade sísmica
 - As ações e a metodologia de análise e reforço fazem parte dos eurocódigos

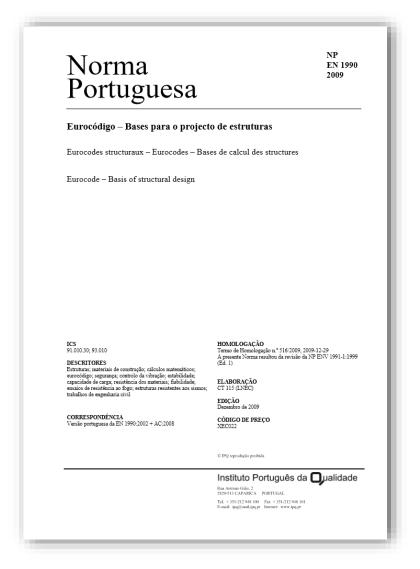
Decreto-Lei nº 95/2019 - Segurança estrutural - Artº 18º

São revogados os seguintes regulamentos:

- → Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes, na aplicação a estruturas para edifícios
- → Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado, na aplicação a estruturas de betão para edifícios
- → Regulamento de Estruturas de Aço para Edifícios
- → Regulamento de Segurança das Construções Contra os Sismos

<u>Nota</u>: o Despacho Normativo nº 21/2019 prevê um período de transição de 3 anos em que ainda podem ser utilizados estes regulamentos

- → Estabelece as condições para a utilização dos
 Eurocódigos Estruturais nos projetos de estruturas de edifícios
- → Inclui o Eurocódigo relativo à resistência aos sismos que tem uma parte relativa a avaliação e reabilitação de edifícios existentes (NP EN 1998-3)



- → Na elaboração dos projetos de estruturas para edifícios devem ser cumpridas:
 - NP EN 1990 Bases para o projeto de estruturas
 - NP EN 1991-1-1 a 1-5 Ações em estruturas (pesos, sobrecargas, fogo, vento e ações térmicas)
 - NP EN 1997-1 Projeto geotécnico
 - NP EN 1998-1, 3 e 5 Projeto de estruturas para resistência aos sismos (regras para edifícios, avaliação e reabilitação de edifícios, aspetos geotécnicos)

- → Na elaboração dos **projetos de estruturas de betão** para edifícios devem ainda ser cumpridas:
 - NP EN 1992-1-1 e 1-2 Projeto de estruturas de betão (regras para edifícios e fogo)
- → Na elaboração dos projetos de estruturas de aço para edifícios devem ainda ser cumpridas:
 - NP EN 1993-1-1, 1-2, 1-5, 1-8, 1-9, 1-10 Projeto de estruturas de aço (regras para edifícios e fogo, elementos de placas, ligações, fadiga e tenacidade)

- Haverá avisos em Diário da República com atualizações das listas de normas
- → Período de transição três anos, a contar da data de publicação do Despacho Normativo nº 21/2019
- → Durante o período de transição não é permitida, num mesmo projeto de estruturas de edifícios de betão armado ou de aço, a utilização simultânea de partes dos Eurocódigos e da regulamentação anterior

Portaria nº 302/2019 - Vulnerabilidade sísmica

Estão sujeitas à elaboração de relatório de avaliação de vulnerabilidade sísmica do edifício as obras de ampliação, alteração ou reconstrução, sempre que se verifique uma das seguintes condições:

- Existência de sinais evidentes de degradação da estrutura
- Alteração do comportamento estrutural do edifício
- Área intervencionada > 25% da área bruta de construção do edifício
- Custo de construção > 25% do custo de construção nova de edifício equivalente

Portaria nº 302/2019 - Vulnerabilidade sísmica

→ O relatório de vulnerabilidade sísmica do edifício é ainda obrigatório, no caso de edifícios das classes de importância III ou IV (NP EN1998-1 – escolas, salas de reunião, instituições culturais, hospitais, quartéis de bombeiros, centrais elétricas), sempre que se verifique alguma das situações previstas no número anterior, com redução para 15% dos limites de área e custo

Portaria nº 302/2019 – Vulnerabilidade sísmica

→ Quando o relatório de vulnerabilidade sísmica do edifício concluir que este não satisfaz as exigências de segurança relativas a 90% da ação definida na norma NP EN1998-3, é obrigatória a elaboração de projeto de reforço sísmico, ao abrigo da mesma norma

Tarefas cometidas ao LNEC

→ Na Portaria nº 302/2019 – Vulnerabilidade sísmica:

Compete ao LNEC a **publicação** ou **aprovação** de disposições construtivas ou métodos de análise expedita da vulnerabilidade sísmica que apoiem a elaboração do relatório de vulnerabilidade sísmica, para tipologias de edifícios, localizações e tipos de intervenção específicos

Tarefas cometidas ao LNEC

→ Avaliação da Segurança Sísmica de edifícios existentes em betão armado

Romain Ribeiro de Sousa

Alfredo Campos Costa

Aníbal Guimarães Costa

- No âmbito da colaboração LNEC-SPES
- Com envolvimento da comunidade científica



Tarefas cometidas ao LNEC

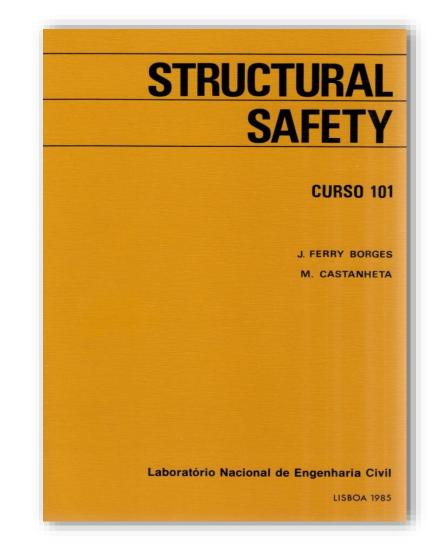
→ No Despacho Normativo nº 21/2019 – Eurocódigos Estruturais:

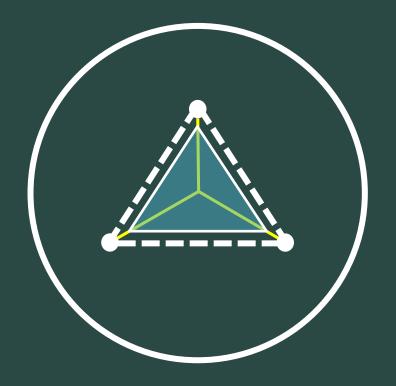
O LNEC, na qualidade de Organismo de Normalização Setorial no domínio dos Eurocódigos Estruturais (CT 115), procede à divulgação das atualizações que considerar necessárias das listas de normas mediante avisos a publicar no Diário da República

 Sairá em breve no DR (e portal do LNEC) o 1º aviso com uma dezena de alterações

Segurança estrutural – LNEC

- → Contributos do LNEC para a segurança estrutural
 - Com trabalhos de investigação
 - Como ONS CT 115, agregando contributos das universidades, projetistas e setor da construção
- → Necessidade de ações de formação envolvendo diversos parceiros





Obrigado pela sua presença





